Relatório da Oficina 1
da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: "Terra, Soberania Alimentar, Direitos Humanos e Economias Solidárias/Populares"

22 e 23 de Janeiro de 2012.
Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

SUMÁRIO

Relatório da Oficina 1 da UPMS em Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil: Terra, soberania alimentar, direitos humanos e economias solidárias

1 – O que é a UPMS?

2 – O processo que antecedeu as oficinas da UPMS em Porto Alegre

3 – Contextualização e justificativa do tema da Oficina 1

4 – Programação da Oficina 1

5 – 1º dia da oficina – 22 de janeiro de 2012

5.1 – Abertura e Apresentação da UPMS

5.2 – Avanços e Desafios

5.2.1 - Direitos Humanos

5.2.2 – Economia Solidária

5.2.3 – Soberania Alimentar

5.3 – Temas Prioritários

6 – 2º dia da oficina – 23 de janeiro de 2012-05-26

6.1 – **O que nos une e o que nos separa:** Síntese dos grupos de trabalho

6.1.1 – O que nos aproxima?

6.1.2 – O que nos afasta?

6.1.3 – Ações comuns

6.1.4 – Aprendizagens

6.2 – Finalização da Oficina 1

Anexo 1 – Proposta de composição da oficina

Anexo 2 – Quadro de Apresentação

Anexo 3 – Cartazes

Anexo 4 – Fotos

1 – APRESENTAÇÃO

A Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) nasce no Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, espaço de conquista, encontro e intercâmbio dos movimentos sociais. A UPMS surge da constatação de que além do FSM deveriam ser criados meios onde os movimentos pudessem intercambiar seus saberes e formar-se de forma coletiva e intercultural, a fim de aumentar o conhecimento. O aumento do conhecimento e a troca gerada entre os movimentos sociais poderia empoderá-los, a fim de gerar práticas transformadoras tanto para os próprios movimentos como para o planeta. A UPMS - Rede Global de Saberes – tem a intenção de contribuir para que seja alcançada uma justiça social global por meio do trabalho de uma justiça cognitiva global. O objetivo geral da UPMS é contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja tão global quanto ela e que, nesse processo, as ações transformadoras sejam mais esclarecidas aos seus protagonistas, tornando-os mais autônomos e reflexivos.

A formação pretendida pela UPMS é dupla. Por um lado, formar ativistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objetivos – de modo a melhorar a sua forma de atuar e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo direto com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras.

Nesta dupla aprendizagem reside a novidade da UPMS. Para prossegui-la, a UPMS supera a distinção convencional entre ensino e aprendizagem – assente na distinção entre educadores e educandos – e cria contextos e momentos de aprendizagem recíproca. A constatação de ignorâncias recíprocas é o seu ponto de partida. O seu ponto de chegada é a produção partilhada de conhecimentos tão globais quanto os processos de globalização e tão diversos quanto somos todos quantos lutam contra a globalização neoliberal, o capitalismo, o racismo, o patriarcado e toda outra forma de dominação y opressão.

No Brasil já foram realizadas duas oficinas da UPMS a primeira em Belo Horizonte sobre a "Relação dos Movimentos Sociais com o Estado" (agosto de 2009) e a segunda em Porto Alegre intitulada "Construindo Diálogos entre os Movimentos Sociais e a Universidade" (julho de 2010). Na América Latina foram realizados três encontros: a) Oficina de Tradução Cultural em Medellín – Colômbia (2007) b) Oficina na Costa Rica (2007) c) Oficina de Tradução entre Movimentos Sociais em Córdoba – Argentina (setembro de 2007).

Além de poder fazer convergir e facilitar a troca de saberes dos movimentos sociais no âmbito local, a UPMS tem o desafio de realizar o encontro dos movimentos em escala regional e mundial. Para poder trabalhar estas diferentes escalas no âmbito da UPMS os pesquisadores-militantes e movimentos sociais engajados propuseram a realização de três oficinas dois dias antes da realização do Fórum Social Temático "Crise do Capitalismo: Justiça Social e Justiça Ambiental" em Porto Alegre.

2 – O PROCESSO QUE ANTECEDEU AS OFICINAS EM PORTO ALEGRE

As oficinas da UPMS realizadas em Porto Alegre no âmbito do Fórum Social Temático (FST) "Justiça Social e Justiça Ambiental" em 2012 são resultado de um conjunto de reflexões que os ativistas da UPMS fizeram desde 2011, sobretudo em duas reuniões presenciais realizadas uma no

Fórum Social Mundial (FSM) de Dakar em janeiro de 2011 e outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em maio de 2011. Ao compreender que a proposta do FST possuía estreito diálogo com as preocupações da UPMS, os ativistas propuseram a realização de três oficinas a serem realizadas dois dias antes do Fórum Temático de Porto Alegre em diferentes municípios da Grande Porto Alegre - cada uma sobre um dos temas:

A) Terra e soberania alimentar; direitos humanos; economias solidárias/populares

B) Interculturalidade; plurinacionalidade; afrodescendentes/ indígenas

C) Ecologia; Madre Tierra; recursos naturais; extrativismo

Da reunião de Dakar, além da proposta das oficinas, foi constituída uma comissão permanente que envolve ativistas da América Latina que já realizaram ou realizarão oficinas da UPMS, a fim de garantir a continuidade do processo da UPMS.[1]

Das reuniões de Dakar e Porto Alegre, foram indicadas algumas diretrizes para a realização das oficinas:

1- Em cada oficina participam movimentos/organizações de temáticas diferentes. Por exemplo, na primeira oficina participam: um movimento de camponeses, um movimento indígena, um movimento quilombola, um movimento contra os transgênicos ou de proteção de sementes ou de soberania alimentar, um movimento feminista, um movimento de economia solidária, um movimento contra a grilagem da terra. Se não for possível a participação de todos, pelo menos a de alguns deles.

2- Propõe-se que cada oficina conte com a participação de 40 pessoas, sendo 10 pesquisadores militantes e 30 representantes de pelo menos 10 movimentos sociais.

[1] São eles: Aline Mendonça dos Santos (POA BR); Ana Prestes (BH,BR); Beatriz Soto (Bog CO); Boaventura de Sousa Santos (Coim PT); Celita Eccher (Mont UR); Eber Marzulo (POA BR);Gina Vargas (Lim PE); Leonardo Avritizer (BH BR); Lilian Celliberti (Montev UR); Moema Miranda (RIO BR); Norma Fernandez (Cord AR); Nilma Lima Gomes (BH BR); Óscar Jara (SanJ CR); Paula Meneses (Map MOÇ); Raphael Hoetmer (Lim PE); Vanderson Carneiro (BH BR); Vanesa Marx (POA BR)

3- Os movimentos devem ser originários de diferentes países. A proposta para as oficinas da UPMS do Fórum Social Temático de Porto Alegre é que elas contemplem participantes de diferentes países da América Latina tendo uma estimativa de um terço de brasileiros e dois terços de estrangeiros. Estas oficinas, agora circunscritas na América Latina, têm caráter experimental e de suas avaliações pode resultar a extensão mundial no FSM 2013.

4- Além das oficinas, propõem-se uma atividade autogestionada na programação oficial do Fórum Social Temático de Porto Alegre para socializar os resultados e discutir sobre o futuro da UPMS.

5- Dado que os temas das oficinas da UPMS detalham o tema geral do Fórum Social Temático de POA, os participantes estão disponíveis para integrar os Grupos de Trabalho, bem como outras atividades autogestionadas do FST.

Para o processo operacional da realização das oficinas da UPMS em Porto Alegre, definiu-se um pequeno grupo residente na cidade que seja interlocutor entre a UPMS e o Comitê Local do Fórum Social Temático de POA e instâncias de governos. Este grupo foi composto por Aline Mendonça dos Santos, Eber Marzulo e Vanessa Marx. Mais tarde, Aline Mendonça e Vanessa Marx assumiram a frente de uma Secretaria Executiva da UPMS para garantir a operacionalização das oficinas de Porto Alegre.

Sendo assim, o processo prévio das oficinas de Porto Alegre foi caracterizado por 3 momentos: Constituição da Secretaria Executiva; Captação de Recursos; Mobilização dos Sujeitos e Organização das Oficinas.

Constituição da Secretaria Executiva

Como funcionária da Unisinos e Coordenadora do Centro de Formação em Economia Solidária da região Sul do Brasil (CFES Sul), Aline garantiu - junto da Unisinos – uma sala no campus Unisinos Porto Alegre com computadores e estrutura necessária para acolher a Secretaria Executiva da UPMS. A manutenção da Secretaria (telefone, impressões, material de expediente, etc.) foi custeada pelo CFES, uma vez que a UPMS se tornou uma das metas do mesmo, pois Aline e Vanessa defenderam no Conselho Gestor

do CFES a importância da UPMS e o conselho acatou a proposta. Sendo assim, além da estrutura e recursos materiais, o CFES disponibilizou sua equipe para trabalhar nos processos da UPMS. Também a UFRGS via Vanessa e Eber, garantiram dois bolsistas de iniciação científica para trabalhar na Secretaria Executiva da UPMS.

Para facilitar a comunicação, a Secretaria Executiva criou uma conta de email upms2011@gmail.com que caracterizava a condição temporária (2011/2012) daquela Secretaria, pois ao término das oficinas de Porto Alegre, a Secretaria, conseqüentemente, se extinguiria.

Captação de Recursos

Em ocasião que o professor Boaventura de Sousa Santos esteve em Porto Alegre em maio de 2011, conversou com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul e com Prefeitos da Região Metropolitana de Porto Alegre a fim de sensibilizá-los a apoiar politicamente e financeiramente as oficinas da UPMS. Os governantes foram extremamente solícitos e acolheram a proposta. Desta forma, Aline e Vanessa assumiram a interlocução com o Governo do Estado que assumiu as despesas de hospedagem e alimentação da oficina 3 – realizada em Porto Alegre – bem como todos os traslados dos convidados da América Latina; com a Prefeitura de Canoas que assumiu as despesas de hospedagem e alimentação da oficina 2; com a Prefeitura de São Leopoldo que assumiu as despesas de hospedagem e alimentação da oficina 1; e com o Governo Federal via CFES Sul que assumiu os traslados dos convidados brasileiros, as despesas da reunião de metodologia, as despesas para o processo de sistematização e a logística da Secretaria Executiva da UPMS.

Para a conversa inicial com os Governos Municipais, Estadual e Federal foi considerada uma proposta que apresentava a dinâmica esperada para a realização das oficinas, bem como alguns indicadores orçamentários.

Mobilização dos Sujeitos e Organização das Oficinas

No processo de organização das oficinas, optou-se por uma distribuição por oficina. Aline Mendonça e a equipe do CFES (Tatiana Hausen e Thiago Pires) assumiram a organização e logística da oficina 1. Nilma Gomes e a

equipe do Centro de Estudos Sociais da América Latina (CES AL) assumiram a oficina 2 e Vanessa Marx e a equipe da UFRGS assumiram a oficina 3.

Para discutir os critérios de escolha e participação das oficinas, a Secretaria Executiva encaminhou para os membros da Comissão Permanente, bem como para os parceiros (Prefeituras, Gov. Estado e CFES Nacional) um quadro solicitando indicação dos movimentos e intelectuais que deveriam ser convidados a participar das oficinas. Dia 20 de outubro de 2011, no Convento Capuchinhos, em Porto Alegre, houve uma reunião presencial e virtual a fim de cruzar as indicações dos quadros retornados pela Comissão Permanente e pelos parceiros. Presencialmente estavam Vanessa Marx, Aline Mendonça, Michele Lima, Gina Vargas e Celita Eccher. No espaço virtual estavam Boaventura de Sousa Santos, Lilian Celliberti, Nilma Lima Gomes, Paula Meneses e Óscar Jara.

Nesta reunião não foi possível cruzar as indicações como havia sido previsto, pois a maioria das pessoas não enviaram os quadros preenchidos, desta forma, o encaminhamento foi de que cada oficina teria autonomia para compor o grupo de convidados. Também nesta reunião apontou-se para a importância e necessidade de realizar uma reunião de metodologia com todos os facilitadores às vésperas das oficinas.

Sendo assim, cada oficina conduziu a composição dos participantes de maneiras diferentes.

A reunião de metodologia aconteceu no dia 21 de janeiro no Convento dos Capuchinhos com mais ou menos 25 facilitadores coordenada por Boaventura de Sousa santos e Aline Mendonça.

Mobilização dos sujeitos e organização da oficina 1 – Terra, Soberania Alimentar, Direitos Humanos e Economias Solidárias/Populares.

Sendo o CFES o organizador da oficina 1, optou-se por um processo de mobilização dos sujeitos e composição dos participantes da oficina a partir do diálogo com movimentos sociais que já estavam se relacionando com a economia solidária e vice-versa – isso talvez tenha contribuído para uma composição da oficina muito homogênea, dificultando o surgimentos

controvérsias. Nos últimos anos, o movimento de economia solidária a partir de sua principal referência, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, vem participando de uma dinâmica com outros movimentos sociais intitulada Diálogos e Convergências[2]. Desta forma, o mesmo exercício que se fez com os parceiros e Comissão Permanente pedindo para que fizessem indicações de possíveis participantes em uma tabela organizada pela Secretaria Executiva, fez-se também com os companheiros do Diálogos e Convergências, mas agora em uma tabela mais minunciosa com os temas da oficina 1. O resultado desta mobilização resultou em uma composição bastante equilibrada da oficina 1 (anexo1) respeitando as orientações da Comissão Permanente, bem como respeitando a iniciativa de diálogo que os movimentos brasileiros já estavam conduzindo.

Tendo a lista dos convidados, a equipe do CFES passou a encaminhar a carta convite para os mesmos e obteve retorno positivo de quase todos eles configurando a lista de presença final da oficina 1 que contou com a participação de 44 pessoas, sendo 25 brasileiros e 19 provenientes da América Latina.

A oficina 1 contou com a participação de sete facilitadores: Aline Mendonça (Brasil); Norma Fernandez (Argentina), Tatiana Hausen (Brasil), Rosana Kirch (Brasil), Ana Doubeux (Brasil), Vanderson Carneiro (Brasil) e Thiago Pires (Brasil).

Durante a reunião de metodologia o grupo de facilitadores reuniu e organizou a pauta dos dois dias da oficina e distribuiu os momentos conforme programação.

[2] O Diálogos e Convergências foram potencializados pelas seguintes organizações: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV) e Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

3 – CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA "TERRA, SOBERANIA ALIMENTAR, DIREITOS HUMANOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA"

A lógica econômica imposta pelo sistema vigente a nível global vem priorizando a expansão do desenvolvimentismo e favorecendo a extração e o escoamento de riquezas naturais para os mercados globais, o que reflete no agravamento da degradação ambiental, da pobreza e da dependência.

Os temas propostos pela oficina **Terra e soberania alimentar, direitos humanos, economias solidárias/populares** estão estreitamente ligados. O direito à terra, a valorização das diferentes formas de viver e produzir, o reconhecimento dos processos culturais e econômicos dos povos e populações tradicionais; os direitos à água, à soberania alimentar... precisam ser discutidos de forma qualificada e não fragmentada.

Os ativistas destas temáticas apontam a Soberania Alimentar e Nutricional e a Economia Solidária como experiências possíveis para a construção de alternativas ao atual modelo visando outro desenvolvimento que preze por um consumo responsável e solidário, que respeite a cultura e autonomia dos diferentes sujeitos e garanta a justiça socioambiental, a democracia econômica e o direito à alimentação adequada.

No entanto os movimentos e organizações que lutam pela terra, pela soberania alimentar, por outras economias e pela efetivação dos direitos humanos tem poucos espaços de encontro para trocarem experiências, conhecerem-se uns aos outros e construírem estratégias e agendas comuns de resistência e de alternativas conjuntas. Por isso a importância da realização de uma oficina da UPMS que reúna os movimentos que trabalham com estes temas.

4 – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA 1:

Terra, soberania alimentar, direitos humanos e economias solidárias

1º Dia – 22 de Janeiro de 2012:

Hora	Dinâmica	Responsáveis
9:30-10:15	Sobre a UPMS	Boaventura de Sousa Santos
10:15-10:30	Acordo de convivência - Programação - Tempos de fala - Respeito aos horários - Falar devagar - Desligar telefones - Grupo de animação/ criatividade - Elementos burocráticos	Aline Mendonça e Norma Fernandez
10:30-10:45	Intervalo	
10:45-12:30	Apresentação: Nome, Pais, organização, Atividades concretas, Bandeiras de luta – localização no mapa da América Latina	Rosana Kirch e Ana Doubeux
12:30-14:30	Almoço	
14:30-15:30	Trabalho de grupo por temática (avanços e dificuldades, Relação com os estados, relações com movimentos sociais/instituições)	**Terra e Soberania Alimentar**: Aline Mendonça e Ana Doubeux **Economia Solidária**: Rosana Kirch, Tatiana Hausen e Vanderso Carneiro **Direitos Humanos**: Norma Fernadez e Thiago Pires
15:30-18:00	Plenária dos grupos de Trabalho com complementos individuais	Norma Fernadez
18:00-18:40	Identificação dos temas prioritários – convergências e divergências	Ana Doubeux

2 º Dia – 24 de Janeiro de 2012:

Hora	Dinâmica	Responsáveis
09:30-10:00	Retoma os temas prioritários do dia anterior	Cada um dos facilitadores vai para um grupo
10:00-11:30	Trabalho de grupo (grupos de 6 pessoas – aleatória) – O que nos une e o que nos separa ? – no final do primeiro dia, o grupo de coordenação se junta para discutir o roteiro de questões a partir das temáticas prioritárias do	Aline Mendonça

	primeiro dia	
11:30-12:30	Inicio da plenária dos grupos de trabalho	Aline Mendonça
	Almoço	
14:30-15:30	Continuação da plenária dos grupos de trabalho	Aline Mendonça
15:30-17:30	Discussão no grande grupo: O que concretamente aprendemos? Que lutas são agregadoras? Que horizontes coletivos? Que estratégias, ferramentas e alianças? Quem não esta aqui e poderia estar?	Norma Fernandez
17:30-18:30	Encaminhamentos – delegados para o 24	Norma Fernandez e Aline Mendonça

5 - 1º DIA DA OFICINA – 22 DE JANEIRO DE 2012

5.1 - Abertura e apresentação da UPMS:

Aline e Norma iniciam saudando os presentes e apresentando alguns informes gerais sobre o andamento da oficina, acordos de convivência e informes burocráticos (passagens, lista de presença, etc...). Apresentaram um pouco do andamento que se pretende dar a oficina, salientando o espaço de convivência pós-oficina, a festa de integração. Aline encaminha a fala para o professor Boaventura de Sousa Santos que apresenta a proposta da UPMS.

Boaventura saúda os participantes e agradece aos organizadores da Oficina 1. Fala sobre os espaços “frios” das universidades e quão bom seria estarmos todos de baixo de uma árvore. Faz observações sobre a necessidade de uma certa infra-estrutura para a realização das oficinas. Dá o exemplo dos banheiros da biblioteca da Unisinos que já tem legenda em Chinês (mandarim). Sob este tema adentra ao assunto da globalização e suas facetas. Fala sobre o seu ano novo com os Zapatistas no México onde se reuniram 500 jovens. Das selvas de Chiapas México para a crise na Europa, Boaventura fala das políticas neoliberais e seus impactos constatáveis via crise econômica mundial. Boaventura fala sobre o inicio da UPMS no FSM de 2003 onde se gestou e “deu a luz” à UPMS, uma perspectiva que tenta ser um espaço para todos os tipos de movimentos populares que não tem os seus conhecimentos reconhecidos pelos acadêmicos.

Boaventura – Se pensava como lutar contra essas questões hegemônicas, por isso as oficinas (que são em dois dias pois não se há dinheiro para mais). Mas na UPMS temos vários ativistas, da academia, do movimento social, e alguns com um pouco de entrada em cada espaço. A idéia é que possamos nos reconhecer aqui, traduzir as perspectivas dos movimentos que não se reconhecem muito bem, muitas vezes os movimentos disputam entre si, qual é mais lutador ou mais importante, uma disputa que só favorece o capitalismo e suas vertentes.

As oficinas são um espaço para traduzir essas linguagens. Em Lima houve uma oficina onde se discutiu entraves entre indígenas e feministas, onde ambos se ignoravam. A pergunta era: Como juntar feministas e indígenas em uma mesma marcha!? E essa foi uma oficina muito boa, pois foi possível chegar a constatações muito interessantes. Naquele espaço existiam mulheres indígenas que lutavam pela igualdade dentro do mov. Indígena. Desse modo, os indígenas souberam que nem todas as feministas mulheres são lésbicas e que há de se respeitar as opções sexuais. Portanto a proposta da UPMS é colocar os Movimentos em contato. Aqui vocês verão os movimentos de lutas pela terra, soberania alimentar, economia solidária e direitos humanos. Aqui terão pelo menos 3 movimentos lutando pela terra que não dialogam entre si. O movimento indígena, campesino e quilombola/afrodescendentes. São movimentos e lutas que temos em muitos países da América latina, onde também há disputas entre os movimentos como o indígena e o campesino. Por isso estamos aqui, para ouvir esses movimentos, para que todos possamos nos escutar. Para que possamos nos ouvir reciprocamente.

Durante os últimos anos não houve possibilidade de fazer muitas oficinas da UPMS, mas a palavra é OCUPAR a UPMS. Houve muitas críticas, mas estamos aqui. Não estamos disputando espaço com a Universidade tradicional. Essas oficinas são autônomas, para isso tivemos muito cuidado para não cair na mão de ninguém, por exemplo, há movimentos que querem indicar participantes, há universidades que querem se apropriar do discurso da UPMS. Essas oficinas foram financiadas por militantes e pequenas organizações. Essas oficinas são Latino-americanas. Já haviam sido

realizados oficinas em Medelín, Córdoba, Porto Alegre, Belo Horizonte... Essas oficinas foram muito importantes, pois reuniram muitos movimentos. Até agora não tinha sido possível juntar pessoas de vários países. Agora foi possível, pois no FSM de Belém em 2009 se decidiu que seria bom uma reunião da UPMS dois dias antes do FST em oficinas com participantes de outros países. Em Dakar nos reunimos novamente para ver a possibilidade de reunirmos em Porto Alegre esse ano.

Os temas do FST ajudaram a organizar os temas da UPMS, ou seja, nossos temas se propõem a dialogar com os temas do FST. Realizamos três oficinas, em Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo. Isso foi possível porque tivemos o apoio do governo do Estado e das prefeituras das cidades. Dissemos que aceitavamos a ajuda, mas eles não poderiam indicar quem iria participar. E assim foi, o governo nos ajudou e também o governo federal (SENAES). Nós organizamos, convidamos alguns movimentos. E porque certos movimentos não estão aqui??? Porque não temos como achar a todos, mas estamos tentando. Não houve escolha política nos convites, mas tivemos que convidar alguém e esses convites se basearam na diversidade de movimentos.

Foi muito difícil organizar estas oficinas, pois são todos militantes e ninguém está ganhando nada para organizar-las. Eu iniciei falando do neoliberalismo. Foi o que disse, vejam... Temos duas convidadas de Costa Rica, para isso tinham que fazer escala em Miami e tinham que ter visto, e ficaram presas nos EUA... Isso é a globalização e o capitalismo. Os americanos não deixam as pessoas fazerem escala lá sem visto. Vejam que as pessoas da Costa Rica não estão aqui porque estão presas em Miami nos EUA. Por isso estamos aqui hoje, todos estamos aqui, todos são muitos importantes... Muitos mais poderiam estar, no final vamos pensar quem poderia estar aqui e não está (movimentos). As pessoas tem algumas desconfianças no inicio. Por exemplo: porque estou aqui e não outro? São só intelectuais ou são movimentos? Vamos discutir isso. Os que estão aqui são todos militantes.

Hoje teremos essa festa para que possamos estar juntos de outra maneira que não seja através das palavras. Temos experiências que nos mostram que as pessoas as vezes ficam encabuladas e depois da festa, da confraternização, as pessoas se soltam. Estamos aqui por objetivos políticos. A divisão é o que o capitalismo quer. Nesse momento estão divididos vários movimentos em Peru e Bolívia... Por isso temos que lutar, temos que nos unir. Isso é um grão de areia, mas é muito importante para termos força contra o capitalismo. Temos que nos Unir.

Após a fala do professor Boaventura, houve uma breve conversa sobre os acordos de convivência durante os dias da oficina. Tais acordos estavam relacionados a temas como tempos de fala, respeito aos horários, desligamento de celulares, etc... E em seguida houve um intervalo.

Na volta do intervalo foi realizada uma dinâmica de apresentação dos(as) participantes da oficina em que cada integrante escolhia uma pessoa para se apresentar e conversar um pouco. Após a conversa, cada um(a) preencheu tarjetas com as seguintes informações: Nome, País, organização, atividades concretas, bandeiras de luta – localização no mapa da América Latina (expostas no anexo 2 deste relatório – quadro de apresentação), havendo 3 minutos para cada um(a) se apresentar. A dinâmica de apresentação dos integrantes da oficina foi longa porque eram muitos os participantes. Havia na sala um grande mapa da América Latina, onde cada participante localizava geograficamente seu País de origem e um grande painel onde as pessoas expunham suas informações com o objetivo de perceber toda a rica diversidade da oficina. Tendo terminado a dinâmica de apresentação houve a pausa para o almoço.

5.2 – Avanços e Desafios

Na parte da tarde os participantes da oficina foram divididos em grupos de trabalho temáticos tendo como temas de debate Direitos Humanos, Economia Solidária e Terra e Soberania Alimentar. Cada um desses grupos tinha que estabelecer para seu respectivo tema os avanços, desafios, dificuldades, relação com o Estado e relação com outros movimentos sociais.

5.2.1 – Direitos Humanos

Debate no grupo de trabalho:

Alicia – No atual governo houve um certo avanço por um lado e alguns retrocessos por outro. Na Bolívia não há políticas de desenvolvimento para dar avanço as políticas do estado. Há uma situação que as leis vem de cima para baixo e isso é um retrocesso. As políticas não são transversais em seus temas. A justiça age de forma centralizada e por exemplo, estão sendo deixados de lado os direitos das mulheres. O estado está a favor do governo. Os defensores do povo em alguns momentos se inviabilizam. Durante muitos momentos houve desrespeito aos DDHH com repressão aos movimentos em Bolívia. Ainda há em Bolívia muitos assassinatos de mulheres por questões de gênero. O que diz os DDHH? O governo?? Nada! Os desrespeitos as DDHH também existem em Colômbia, onde há casos de crianças sendo mutiladas sexualmente. Na Bolívia o machismo é muito presente, principalmente em cargos públicos. O paternalismo muito presente na Bolívia e com isso os direitos das mulheres ficam invisibilizados.

Everlyn – Em equador a partir de 2008 que se teve debate sobre DDHH a partir da constituição de 2008. Uma constituição que tem como base os DDHH. Efetivamente se falou muito nos dois primeiros anos, os DDHH são implementados mas não os DDHH da natureza. Na prática os DDHH se limitaram as elites. Os DDHH da natureza não se conhece no âmbito da população. Os movimentos estão fazendo as ações por conta própria e com autogestão. Everlyn é advogada e economista, trabalha quatro dias e os outros serve ao povo. Em sua região se matam 4 pessoas por dia. Muitos assassinatos por parte da polícia. “Quando vamos defender as pessoas que foram assassinados o governo se volta contra nós e coloca a opinião pública contra nós dizendo que defendemos “bandidos”.” “O governo alega que os defensores de DDHH são opositores do governo.” Estão oferecendo cargos públicos para silenciar os movimentos de DDHH. Os governos colocaram os direitos da Pachamama na constituição, mas na prática eles não existem. Os

que se posicionam contra o governo estão sendo convidados a se retirar do país.

Guilhermo – As leis que favoreciam os militares caíram em 2003. Existem muitas dificuldades de achar depoentes tantos anos depois. Hoje na Argentina conseguiu-se apontar os assassinos que praticaram genocídio em nome do Estado. A justiça pode chegar a pessoas que não são militares mas são sociedade civil que os ajudavam, empresários, funcionários de alto escalão. Os genocídios estão sendo colocados em evidência como crimes contra a humanidade estão assumindo espaço nas discussões públicas. Uma das dificuldades é a possibilidade de abrir processos onde só alguns grupos são punidos, ainda não se conseguindo ir fundo em grupos que co-apoiaram (como setores da média por exemplo).

Marcelo Firpo – No Brasil há avanços e retrocessos estruturais. O tema dos DDHH e da saúde e questões ambientais estão muito vinculados a democratização e cidadania. Ainda há profundas contradições no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), onde o governo nega em alguns aspectos certas possibilidades de avanços dos DDHH. Um exemplo seria o agronegócio e sua força dentro do governo. Os DDHH estão em contra ponto às políticas econômicas. Se houver um choque entre esses, o fator econômico sempre será levado a frente dos DDHH.

Camilo – Em Colômbia os DDHH partem de algumas (breves) consolidações de práticas “de direita” sobre o tema, uma inversão do significado. Muitos setores acham que há avanços, mas em verdade há muitos problemas, principalmente aos que não dialogam com o governo.

Avanços:

1) No Equador e na Bolívia, a Constituição tem como base os Direitos Humanos.
2) A nova Constituição do Equador estabelece Direitos para a natureza.

3) Os movimentos estão fazendo as suas ações por conta própria e com autogestão.

4) Na Argentina, as leis que favoreciam os militares caíram em 2003.

5) Na Argentina está sendo possível apontar os assassinos que praticaram genocídio em nome do Estado. Os genocídios estão sendo colocados em evidencia como crimes contra a humanidade e assumindo espaço nas discussões públicas.

Dificuldades:

1) Na Bolívia não há políticas de desenvolvimento para dar avanço às políticas do Estado.

2) As leis vem de cima para baixo ignorando os movimentos.

3) Justiça centralizada que ignora direitos específicos dos grupos oprimidos como, por exemplo, os direitos das mulheres.

4) Assassinatos de mulheres por questões de gênero.

5) Os Direitos Humanos só são gozados em sua plenitude pelas elites dos países.

6) Embora a Constituição reconheça a natureza como sujeito de Direitos, há um profundo desconhecimento por parte da população do que essa inovação pode significar.

7) Os governos colocaram os Direitos da Pachamama na Constituição, mas na prática eles não existem.

8) No Brasil o agronegócio e as elites agrárias continuam tendo muita força e muito poder influenciando as políticas do governo.

Desafios:

1) Implentar e dar efetividade aos Direitos da natureza.

2) Os Direitos Humanos precisam enfrentar as políticas econômicas violadoras de Direitos.

3) Dialogar com o Governo sem perder a identidade.

4) Superar a imagem criminalizadora que os meios de comunicação hegemônicos criam para descrever os movimentos sociais.

Relação com o Estado:

1) Centralização das decisões.

2) Pouca abertura para a participação efetiva.

3) Na Bolívia o machismo é muito presente, principalmente nos cargos públicos.

4) Os governos e os meios de comunicação hegemônicos colocam a opinião pública contra os movimentos sociais.

5) O governo oferece cargos públicos para silenciar as lideranças dos movimentos que lutam por Direitos Humanos.

6) O governo ou coopta os movimentos ou os criminaliza. Dificilmente aceita dialogar com os movimentos permitindo que eles sigam tendo suas próprias identidades e divergências.

5.2.1 – Economia Solidária

Debate no grupo de trabalho:

Coraggio – Indica avanços em legislações nacionais, principalmente do Equador, destacando menos os processos de participação, mas o resultado e avanços normativos da própria lei. Essas leis enfatizam a economia popular solidária. Elas incluem o setor cooperativo, o reconhecimento da comunidade indígena como unidade econômica. Essas leis incorporam, portanto, aspectos normativos que tratam da economia popular.

Shirlei – No Brasil, temos vários Estados e municípios com leis de economia solidária, mas não temos ainda uma lei em nível nacional. O cooperativismo brasileiro é diferente de outros países. Temos uma lei que é de 1971, e desde então temos várias tentativas de mudança nesta lei. Por sua vez, existem outras leis que beneficiam a economia solidária. Neste aspecto, municípios pequenos têm beneficiado bastante, como por exemplo, a existência de moedas para produtores locais ou no caso da merenda escolar, onde os prefeitos devem comprar pelos menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar. Mas destaca que o desafio é no nível nacional.

Chilo – No México aprovou-se uma lei de cooperativismo que não se identifica com o movimento da economia solidária. Em 2011 aprovou-se uma lei na Câmara dos Senadores e o movimento não foi consultado. A elaboração desta lei foi mais política, e quando ela passou para a câmara dos Deputados, o movimento fez rapidamente uma mobilização de repúdio a lei, com o envio de documento sinalizando os motivos do porque o movimento não a aceitava. No entanto, a câmara dos deputados não escutou o movimento e aprovou a lei. Ao chegar ao executivo a lei foi vetada.

Walter – Algumas estratégias centro-americanas estão limitadas a atores políticos.

Sandino – No caso da Nicarágua o setor cooperativo é bastante importante. Uma dificuldade no marco jurídico é referente de como se pode atuar. Uma política dominante de baixos custos, onde se compra barato, independente do lugar (outros países). Existem pequenas experiências nas organizações e nos mercados onde está a economia popular. Não temos uma prática recorrente de compras justas. A prática está dissociada do conceito. O modelo de economia popular necessita de cooperação internacional.

Coraggio – A visão deve ser mais geral de um marco jurídico que incorpore as diversas formas.

Shirlei – Faz referencia ao Sistema de Comércio Justo e do PRONINC. O movimento da economia solidária está na discussão das regras do Sistema

do Comércio Justo. Estão pensando no desenho da política. A indicação da existência de um conselho nacional e outros conselhos estaduais e municipais de economia solidária. Cita ainda a existência de uma frente parlamentar de economia solidária e a criação de formas de diálogo ente o FBES, SENAES com esta frente parlamentar. Uma dificuldade é que a economia solidária é uma ferramenta que não é para os produtores, mas para jogadas políticas. O uso da economia solidária para a promoção de políticas públicas.

Valmor – O espaço para debater a economia solidária junto com cooperativismo é um espaço ambíguo, mas há avanços. Ações no Brasil com vista ao Mercosul. O parlamento do MERCOSUL para propor leis para os países no intuito de instituírem empresas cooperativas que se relacionem. Destaca a incorporação da economia solidária como parte da estratégia do programa brasileiro de combate a miséria. Há recursos importantes para a economia solidária. Destaca porém o dilema: A economia solidária como estratégia de redução da pobreza ou a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Outro avanço é a discussão das cooperativas sociais, que são apoiadas a partir de um decreto presidencial.

Mateus – Em relação aos produtos orgânicos, nos supermercados a chegada desses produtos é proveniente da produção tradicional que colocam rótulos de orgânicos, mas mantém a mesma estrutura dos latifúndios. Por isso sua organização parte de um conceito de produto ecológico, com respeito a igualdade sociais e as sementes crioulas. Como o formato cooperativo tradicional não funcionou, experimentaram uma forma alternativa, baseada em uma rede informal de consumo.

Ana Leighton – Debate no interior do movimento social em relação ao movimento cooperativista no Chile. Há um diálogo com o governo para avançar nas legislações. Na América Latina, uma reunião no Paraguai apontou a retro alimentação das redes – intra-redes. Trata-se de uma discussão que pode chegar a temas convergentes.

Lucho – Na Colômbia a economia solidária é um sistema a 10 anos. É muito importante uma lei, mas essas leis estão vindo antes dos grupos.

Corraggio – Quando se fala de movimentos da economia solidária é para ele problemático, pois acha que a economia solidária deve ser uma preocupação de todos os movimentos. Neste sentido, mais do que discutir a relação do movimento da economia solidária com outros movimentos, vale mais discutir a própria economia solidária.

Valmor – A economia solidária constitui uma identidade de movimento social que não é a dos campesinos. É uma identidade específica; uma identidade em disputa. Por exemplo, a agricultura familiar que utiliza de cooperativas e associações para seu avanço, mas não reconhece a economia solidária como o movimento. A economia solidária deverá ser estratégica de todos os movimentos. Vários movimentos construíram ou participam da economia solidária, mas quando se forma o movimento da economia solidária, esse cria uma identidade específica que cria um dilema entre os movimentos que o constitui.

Walter – Os povos estão retomando seus papéis originários. Como podemos retomar essas experiências dos povos originários?

Avanços:

Em termos legislativos alguns países avançaram, tanto em processo de participação quanto em processo normativos de reconhecimento da economia popular, do cooperativismo e do trabalho doméstico. No Brasil a criação de sistemas e conselhos nas três esferas de governo. No reconhecimento da economia solidária, o Brasil inclui suas ações como estratégia de redução da pobreza. Instituiu-se no MERCOSUL um espaço de integração internacional que leva em consideração as empresas cooperativas. Por fim, trabalho e processos de redes permitem consenso e mais visibilidade.

Os mais importantes avanços da Economia Solidária são:

1) Em temas legislativos, leis e normas de alguns países sinalizaram progressos para economia solidária.

Equador:

a) Aprovação de uma lei para a economia solidária e popular.

b) Mesmo que com limitação, houve um processo de participação das organizações.

c) A lei mesma inclui normatividade que beneficia o cooperativismo, reconhece a comunidade, a economia familiar e o trabalho doméstico.

d) Legitima e visibiliza a economia solidária e popular.

Brasil:

a) Em alguns estados e cidades há normas que reconhecem o sistema da economia solidária, comércio justo e economia familiar.

b) O governo federal convoca e integra a economia solidária a leis para superar a pobreza e apoio à (descapacitados) tendo a economia solidária como instrumento.

Argentina:

a) Leis que favorecem e legitimam a administração de empresas recuperadas e rádios comunitárias.

b) Em relação ao Brasil e Argentina, estas iniciativas favorecem a formalidade, o trabalho, o desenvolvimento da economia solidária e os produtores solidários.

c) Facilita conhecer, ampliar e mapear a economia solidária criando um cadastro social e fomentando a comercialização.

2) No âmbito institucional do MERCOSUL estão em andamento normas para cooperativismo e economia solidária. O MERCOSUL pode ser um espaço que facilita a integração e possibilidades de desenvolvimento regional e fomento da economia solidária e do cooperativismo.

3) O fortalecimento dado aos processos e redes de economia solidária e comércio justo e o trabalho de interlocução e convergência das redes:

a) Permite consensuar alguns temas e ações.

b) Facilita maior visibilidade, reconhecimento e diagnóstico do setor de economia solidária e comércio justo.

Dificuldades:

A falta de uma legislação nacional no caso Brasileiro, e não apenas regionais. A existência de uma normatividade apenas para o cooperativismo e a exclusão de outras formas de economia solidária. As leis não atende os objetivos da economia solidária. O cooperativismo como mais um setor econômico e como apêndice do capitalismo. A economia solidária promovida como um tipo de assistencialismo. Tem-se um uso clientelar e de interesse político da economia solidária. Quanto aos produtos ecológicos, volta-se mais para um retorno sistêmico e não se estimula o consumo responsável.

As principais dificuldades da Economia Solidária são:

1) Ainda não há desenvolvimento de instituições em muitos países frente a economia solidária ou que a inclua.

a) Se mantém ênfase em normas pontuais para o cooperativismo sem incluir a economia solidária.

b) Em alguns casos sem considerar a lógica e atores da economia solidária.

2) Regulação indevida do Estado.

a) Se prioriza o assistencialismo e não o fomento e o desenvolvimento da economia solidária.

3) A dependência que se tem da cooperação internacional (ênfase na América Central).

a) Ao diminuir a ajuda da cooperação se ampliam problemas econômicos e afeta a promoção da economia solidária.

4) Uso clientelar da economia solidária em alguns países e localidades.

a) Facilita o uso politiqueiro da economia solidária e o movimento.

b) Dificulta o diálogo autônomo e transparente com o Estado, governantes e outros setores.

5) Falta de um olhar integral e sistêmico de temas fundamentais como a soberania alimentar e a produção ecológica.

a) Porque assim não se assume o compromisso a longo prazo da soberania alimentar, nem processos organizativos, nem a difundir o consumo responsável.

6) Há expressões e tendências fortes do corporativismo no meio da economia solidária e cooperativismo, priorizando o econômico, político e construção de redes.

a) Desqualifica o trabalho complexo e integral da economia solidária e limita a ação política do cooperativismo e economia solidária.

Desafios:

Criar leis e regulações que inclua todas as formas econômicas. No âmbito do governo aliar as ações de estratégia da pobreza com as estratégias de desenvolvimento. Criar diálogos entre as cooperativas e a economia solidária; recuperar os vínculos da economia solidária com o sindicalismo; radicalizar o diálogo entre os setores tradicionais e o movimento; superar as assimetrias entre os setores e entre os países; a força da economia solidária está no movimento e nem sempre há o reconhecimento de outros setores e de outros movimentos. O desafio é transformar a economia solidária em uma ampla estratégia da sociedade.

Entre os principais desafios da Economia Solidária estão:

1) Conseguir instrumentos de normas e leis que fomentem a economia solidária e o comércio justo sem haver desta ação a prioridade do movimento, pois não existe e tem desenvolvido em meios normativos.

2) Conseguir apoio de governo e incluir em políticas públicas, pensando que a economia solidária é desenvolvimento sustentável e não políticas conjunturais de governo.

3) Atrais e estabelecer um amplo e frutífero diálogo com os setores que trabalham na economia solidária e cooperativismo.

4) Superar as assimetrias que existem na economia solidária e o comércio justo dentro dos países e entre eles para conseguir maior impacto regional como é o caso do Mercosul.

5) Não cair na sobrevalorização das normas ou das relações com o Estado, para evitar ser cooptados e a dependência.

6) Ainda que a força da economia solidária está no movimento de economia solidária, esta tem seu trabalho e impacto na população que tem outros setores sociais e movimentos populares que nem sempre compreendem e até gera contradições com o movimento social. O dilema da economia solidária é que deveria ser uma estratégia ampa de todo o movimento social da população.

7) Recuperar a proximidade original e uma maior relação e convergência com o sindicalismo.

8) Radicalizar o diálogo com setores e novos movimentos, com humildade, simplicidade e honestidade.

9) Ganhar identidade como movimento e sistema integral, mas além do empreendimento.

5.2.3 – Soberania Alimentar

Avanços:

1) Criação de comitê municipal.

2) Preservação das sementes crioulas (bancos de sementes).

3) Lei de segurança alimentar/ mapeamento dos níveis de segurança alimentar por território (Brasil e Nicarágua).

4) Luta contra a fome é prioridade no governo (BR), no entanto isso se faz com o fortalecimento do agronegócio.

5) Mercados comunitários organizados pelos campesinos (Colômbia).

6) Fortalecimento das lutas do campesinos, indígenas e povos tradicionais – soberania alimentar.

7) Legislações nacionais.

8) Luta dos camponeses contra o capitalismo passa pela questão da soberania alimentar (Colômbia).

9) Criação de novas formas de produzir que respeitem a biodiversidade em todo o país (Brasil).

10) Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar – Conselhos (Brasil).

11) Criação de sistemas de certificação participativa.

12) Avanço no plano conceitual: segurança alimentar não é suficiente é necessário soberania; avançamos de desenvolvimento local para desenvolvimento territorial.

13) Nova cultura política – importância de empoderar as pessoas nas bases

14) Atuação em rede – fortalecimento dos territórios.

Dificuldades:

1) Se não restituímos a nutrição dos solos não podemos falar de soberania alimentar.

2) Camponeses não recebem apoio – transferência de tecnologia.

3) Falta de prioridade política para a reforma agrária (Brasil).

4) Intermediários não permitem processos de comercialização que fortaleçam.

5) Dificuldade de acesso ao crédito, assessoria técnica, terra, recursos naturais

6) Avanço das produções transgênicas.

7) Certificadoras privadas buscam influir na criação de legislação para a produção orgânica.

8) Inexistência de certificadoras e sistemas públicos de certificação.

9) Precisa encontrar estratégias de fortalecer o processo de construção de uma nova cultura política.

Relação com os Estados:

1) Centralização de decisões.

2) Dificuldade de tomas decisões.

3) Governo difunde os agrotóxicos e distribui insumos para uma agricultura não sustentável.

4) Não existência de políticas publica claras que promovam a transição agro-ecológica e a soberania alimentaria.

5) Ausência de espaços/mecanismos de participa o democrática dos camponeses junto aos estados.

6) Políticas públicas fortalecem os agronegócios em todos os sentidos.

7) Esquerdas assumem o poder, mas esquecem de projetos progressistas.

8) Não sabemos ainda como construir nova relação estado/ mercado y sociedade civil.

Relação com outros movimentos sociais:

1) Fissuras entre movimentos campesinos (Brasil).

2) Movimento ambientalista nem sempre consegue realizar acordos com o movimento de pequenos agricultores.

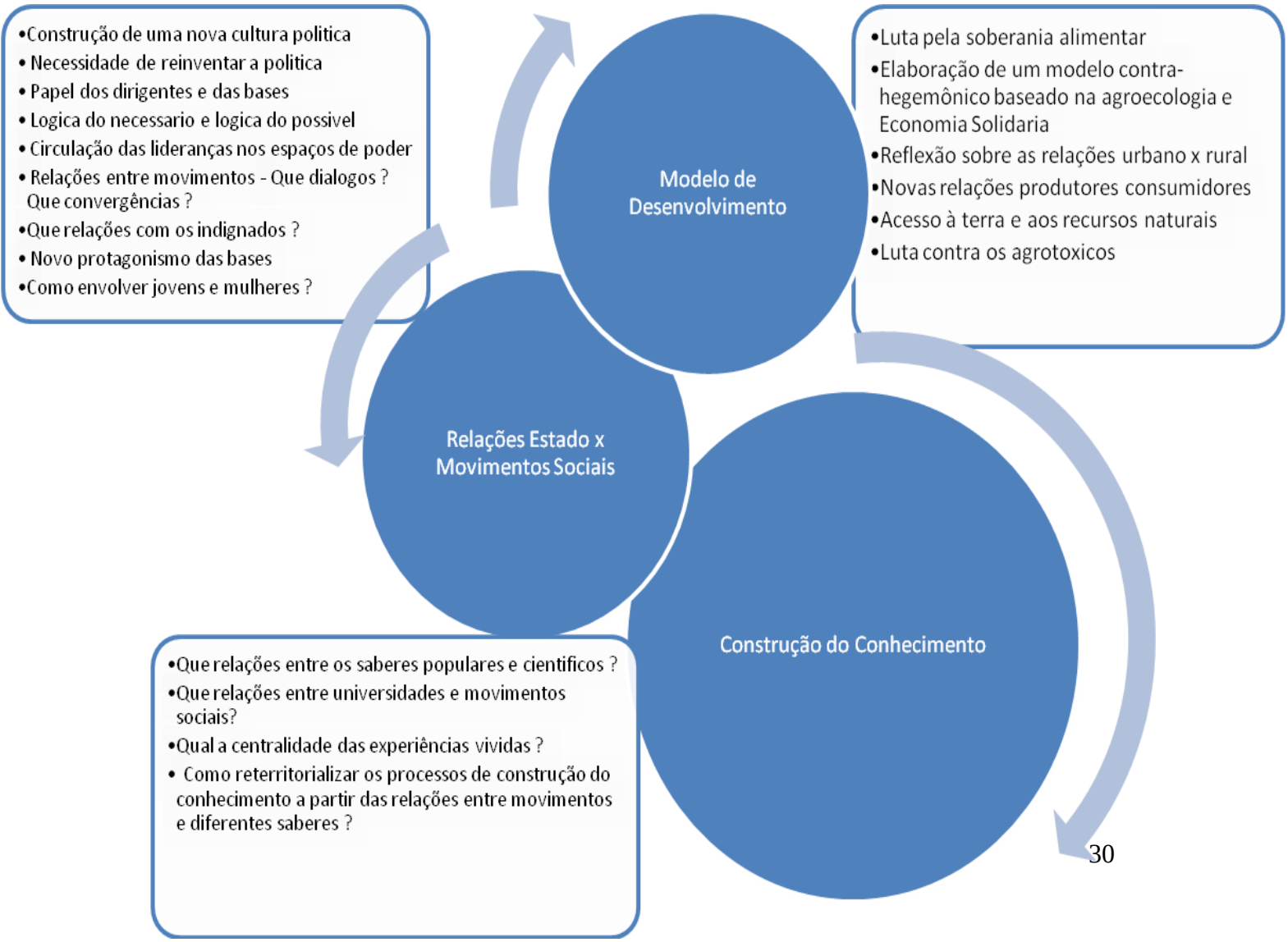
3) Na Colômbia a relação entre movimentos sociais do campo é muito boa e há fortalecimento mutuo.

4) Há processo de descompasso entre bases e lideranças dos movimentos.

5.3 – **Temas Prioritários:**

A partir da socialização dos grupos em plenária, todos discutiram quais as questões que mais apareceram nas discussões pontuais e foram indicados três temas consensualmente prioritários para os movimentos sociais: modelo de desenvolvimento; relações Estado X Movimentos sociais; e construção do conhecimento.

O quadro abaixo sintetiza as discussões e debates ocorridos na plenária que pretendia "Identificação dos temas prioritários – convergências e divergências":



6 – 2º DIA DA OFICINA – 23 DE JANEIRO DE 2012-05-26

O segundo dia da oficina começa com uma discussão sobre o ocorrido na Comunidade de Pinheirinhos em São José dos Campos – SP, os participantes das três oficinas fizeram um vídeo denúncia (http://www.youtube.com/watch?v=-vr4GARaNGw) em solidariedade às famílias brutalmente despejadas de seus lares.

Após retomar a conversa sobre os temas prioritários elaborados no dia anterior os participantes da oficina se dividiram em 5 grupos para discutir sobre "o que nos une", "o que nos separa" e as possíveis "estratégias comuns". Segue abaixo a síntese dos debates e discussões.

6.1 - O que nos une e o que nos separa: Síntese dos grupos de trabalho

6.1.1 – O que nos aproxima?

1) Busca de um novo modelo de desenvolvimento.
2) Luta pela identidade.
3) Linguagens aproximadas.
4) Empatia com os sentimentos e lutas.
5) Valorização do ser humano.
6) Reconhecimento de saberes e vontade de dialogar.
7) Preocupação com a democratização do conhecimento.
8) Processo histórico similar (opressão, lutas e resistências).
9) Lutas de resistências contra o modelo capitalista.
10) Campanhas contra a violência contra a mulher;

11) Aspirações comuns;

12) Esperanças e valores;

13) Nossa diversidade;

14) Radicalidade da insatisfação com o que existe;

15) Relação com a natureza (bem viver);

16) “Colonização” dos sujeitos e movimentos;

17) Interculturalidade – desejo de trocar diversidades;

18) A busca de alternativas;

19) Luta contra a imposição de padrões de consumo;

6.1.2 – O que nos afasta?

1) Rechaço de identidades;
2) Fragmentação das lutas e falta de conhecimento do que está a ocorrer em outras regiões;
3) Os movimentos tendem a ser monotemáticos;
4) Cada movimento está isolado com suas próprias bandeiras.
5) Criminalização dos Movimentos Sociais;
6) Comunicação ineficiente;
7) Comunicação vertical entre lideranças e as bases;
8) Cooptação de lideranças dos movimentos sociais pelo Estado
9) Há movimentos que querem se aproximar o Estado e movimentos que querem autonomia plena do Estado.
10) Apropriação das lutas dos movimentos sociais pelas instituições privadas;
11) Burocracia não permite ampliação das lutas;

12) Dificuldade de apropriação das ferramentas de luta pelos direitos (decretos, leis);

13) Idioma;

14) Fratura dos partidos políticos;

15) Dificuldade para fazer diálogo de saberes (movimentos sociais, universidades);

16) Muitos intelectuais se isolam nas universidades e se afastam das lutas sociais.

17) Diferenças, as vezes, são supervalorizadas;

18) Dificuldade de entender as diferenças dos outros movimentos sociais;

19) Relação com o mercado.

20) Competição entre as organizações por recursos.

6.1.3 – Ações comuns

1) Criar e potencializar espaços de encontro dos movimentos sociais como os Fóruns Sociais Mundiais e a UPMS;

2) Esforço coletivo para compreendermos o que nos une e o que nos distancia.

3) Escolher grupos por país que possam animar os processos de encontro e interconhecimento;

4) Desenvolver estratégias livres de captação de recursos;

5) Realizar encontros para aprofundar assuntos específicos;

6) Estabelecimento de parcerias entre redes;

7) Elaborar materiais e conteúdos de formação de forma conjunta;

8) Reativar a solidariedade, não material, mas de lutas, de informações e de indignação;

9) Divulgar elementos de cada luta ou movimento social em redes e espaços comuns;

10) Elaborar mecanismos de socialização de informações

11) Apropriação e adequação de ferramentas tecnológicas: redes sociais, comunicação instantânea e em tempo real; fóruns de discussão; teleconferências; páginas web;

12) Rio + 20 – Cúpula dos Povos – Laboratório de ecologia dos saberes em saúde;

13) Agenda comum;

14) Princípio da construção local (território);

15) Valorização das experimentações como elemento de construção do saber;

16) Ampliar espaços de reconhecimento dos diferentes saberes;

17) Criar processos de "disputa" pelos conceitos – ao mesmo tempo criar linguagens comuns;

18) Princípios: autonomia; solidariedade; horizontalidade; democracia – democratização;

19) Construção e articulação de novos sujeitos coletivos;

20) Espaços concretos de sistematização dos espaços coletivos;

21) Realizar encontros da UPMS nos lugares mais alijados / ex. dos processos sociais;

6.1.4 – Aprendizagens

1) Desenvolvimento, compreensão da diferença do outro, entrelaçamento de saberes, importância da participação de diferentes redes e níveis de saberes;
2) Estamos em movimento
3) Temos identidade em relação aos desejos, anseios →favorável para a construção de uma agenda comum

4) Compromissos → solidariedade entre movimentos sociais e pessoas, compromisso político com a construção da UPMS, sintonia político pedagógica
5) Experiência de afeto
6) Complexidade que vivem nossos países
7) Necessidade de articulação com outros movimentos
8) Alianças entre trabalhadores e redes
9) Conhecimentos de pessoas
10) Experiências da América Latina e Brasil → perspectivas comuns a partir de experiências diferentes
11) Direitos da natureza na constituição de todos os países
12) Possibilidade de construção de um outro mundo possível: terra, soberania alimentar e economia solidaria
13) UPMS/ possibilidade nova de articulação a partir de nossos espaços de articulação e organizações
14) Lidar com outras culturas e línguas
15) Compromisso com a continuidade do processo em meu local de atuação
16) Felicidade de saber que existe uma universidade popular dos movimentos sociais
17) Mais tempo, mais troca → fundamental para que possamos de fato produzir conhecimento de forma coletiva
18) A distância não é obstáculo para que possamos organizar uma agenda continental de lutas de resistência pela construção de um outro mundo
19) Ressonância do trabalho do movimento agroecológico em outros movimentos → Isto indica a necessidade de poder continuar um trabalho na a partir da perspectiva da complexidade
20) Volta a idéia de intelectual orgânico
21) Capital esta globalizado e creio que é importante de visualizar
22) Necessidade de criarmos novas metodologias de produção conjunta de conhecimentos
23) Aprender a aprender

24) Aprender a ter paciência com a diversidade do outro
25) Encantamento por uma universidade que se preocupa com a prática
26) Importância das relações interpessoais
27) Bandeiras coletivas que estão presentes tanto nos movimentos no Brasil quanto na America Latina.
28) Possibilidade de trabalharmos as ferramentas virtuais: biblioteca.

6.2 – Finalização da Oficina 1:

Ao término do dia, o grupo de facilitadores sugeriu uma rodada final de avaliação onde as pessoas pudessem socializar seus aprendizados e compromissos. Para a realização da dinâmica, foi utilizada – simbolicamente – uma pequena bolsa produzida por mulheres trabalhadoras da Colômbia, afrodescendentes e parte de uma comunidade expulsa do seu território. Nesta bolsa todos deveriam colocar seus sonhos e aprendizagens e a facilitadora Ana Doubeux conclui a orientação da dinâmica dizendo "a bolsa parece pequena, mas na verdade é muito grande porque significa a luta de um povo". Paralelamente a expressão oral no centro da roda e, portanto, a expressão das mais diferentes representações e manifestações (fazendo uso das outras linguagens), os participantes montaram no chão um grande painel de aprendizagens e compromissos. Abaixo, segue algumas manifestações:

1) Ricas trocas aconteceram, há que fortalecer ainda mais os espaços de troca para que a produção de conhecimento seja conjunta. Bonitos rostos, identidades e formas de luta muito combativas!
2) Aprendizagem: Expectativas, paciência, alegrias em (re)conhecer pessoas, realidades tão distintas e tão próximas, aprender a aprender, tempos de dignidade. Estratégias/compromissos: Desenvolver conceitos e temas agregadores, integrar o local territorial a outros povos e lutas, ao global, desmercantilizar e humanizar.

3) Necessidade e possibilidade de um diálogo de saberes populares e científicos para transitar desde as demandas sociais até a ação política transformadora.

4) O que aprendi: Somos um Movimento Social comprometido com nossos irmãos na luta pela construção de uma sociedade mais justa e solidária. Que temos conflitos sociais iguais impulsionados pelo monstro capitalismo e que com ações como essa (UPMS) nos é possível visualizar novos desafios para a construção de estratégias de luta e de ação. Compromissos: Com as organizações de base. Propiciar encontros e intercâmbio de experiências vinculadas ao formato da ECOSOL. RED: A transmissão de saberes desta experiência (UPMS) difundindo a relatoria do evento.

5) Experiências / Aprendizagens: Complementaridade e dinâmica de luta em diferentes países. É importante a articulação e percepção de outros movimentos, como por exemplo, os que vêm à Nicarágua de fora (internacionais). Compromissos: Retroalimentar e difundir as ideias.

6) Aprendizagens: Paciência para a escuta e o desenvolvimento de processos que às vezes já vivemos; Inter-relação entre temáticas; "Agonia" quanto à falta de tempo; Despertar para a necessidade de continuidade; Possibilidade de articulação inter-redes na América Latina. Estratégias: Fazer oficinas por país; Pensar o futuro da UPMS a partir das discussões de seus princípios, ferramentas e modo de funcionamento. Criar ferramentas na internet para a troca de informações (lista, website, entre outros...)

7) Aprendemos que estamos em movimento que "um é infinitamente mais que zero e que um mais um é muito mais que dois". É necessário avaliar que essas reuniões nos fortalecem, nos renovam para enfrentar a realidade cotidiana que nos cerca, que é dura, dolorosa. Essa realidade que é produzida por aqueles que vêem a vida como ter, que querem exercer seu poder sobre os demais. "O que queremos é o bem viver de todos". Esse bem viver atual que é

restrito a alguns não pode se sobrepor ao mal viver da imensa maioria.

8) Conhecimentos: De pessoas, experiências, reflexões sobre a América Latina e o Brasil destacando perspectivas comuns a partir de temas e realidades diferentes (soberania alimentar, saúde, direitos humanos, agroecologia). Reencontrar pessoas da "minha terra". Perspectivas: Dar continuidade ao processo, aprofundar os desafios que são colocados por nossas práticas e que foram somente mencionas nesses dias. Alternativa?

9) Um espaço alternativo de conhecimentos, experiências de trabalho e compartilhamento; Nos foi permitido dar a conhecer nossas organizações, suas ações e como coordenar com outras organizações ações à distância. Além, é claro, de ter a possibilidade de conhecer as ações que cada organização desenvolve e seus desafios que podem ser coordenados entre todos se os objetivos são comuns. A nível geral o evento nos permite conhecer propostas que possam ser levadas a cabo de maneira conjunta sobre, principalmente, "desenvolvimento" e "produção de ideologias" para atacar problemas que são comuns a todos os povos.

10) Lições: Mapeio de pares/estratégias; Enriquecimento do debate que se vive em meu país sobre relações entre Estado - Sociedade Civil – etc...; Estabalecer relações concretas com algumas pessoas, como: Chilo Villareal, Guihermo, Luís Coraggio, Ana Mercedes. Compromissos: Transladar informação e debate; Apoiar a promoção de atividades da UPMS na Nicarágua e CA; Apoiar os colegas que necessita informações sobre a Nicarágua; Apoiar a quem queira viajar à Nicarágua.

11) A Agenda Colômbia se compromete a assumir o espaço do FST 4 e do FSM como um cenário importante para compartilhar experiências, construir coletivamente conhecimento pertinente para os Movimentos Sociais e difundir elementos das discussões em outros espaços. A Agenda Colômbia se coloca a disposição para o desafio

conjunto que a UPMS representa. Sonhar junto, descobrir novos sonhos. Autonomia e relação entre Movimentos, pesquisadores, organizações populares, etc! Solidariedade!

12) Vejo a necessidade mais urgente de disponibilizar mais tempo para diálogos mais profundos e planos mais claros. Solidariedade aos / com / por / pelos povos L.A.C. Somos mulheres, homens, jovens e velhos de uma parte rica e especial, onde cada vez fica mais, cada um/a tem contribuído para a pintura de uma nova América Latina, caribenha mas que tem o seu próprio som, o seu próprio colorido, a sua própria voz e vez. Chegou a hora de mostrar-nos em solidariedade e juntos. Precisamos de / ter mais coragem para tirar as máscaras, garras da opressão de fora para dentro e principalmente de dentro para fora.

13) Experiência significativa que nos foi possível conhecer processos similares e que desde o trabalho em rede podemos desenvolver espaços de aprendizagem e análises de experiências importantes e edificantes para os Movimentos Sociais.

14) Conheci pessoas muito valiosas que me fizeram articular isso: Me faz pensar mais no tema do desenvolvimento – tema que trabalho – e que não havia incorporado certas perspectivas abordadas aqui - como a do bem viver ou o enfoque nas políticas ambientais. Re-aprendi a riqueza do olho – no – olho do cara – na – cara. Creio que o debate Movimentos Sociais – Políticas – Estado esta difícil de destravar e avançar. Penso que isto seja devido ao problema da heterogeneidade.

15) Aprendizagens: Identidade, vivências, problemas, demandas e anseios; Construção de agendas comuns. Compromissos: Fortalecimento da solidariedade entre Movimentos Sociais; Compromisso político com a UPMS; Sintonia político-pedagógica.

16) Valorização da prática: Aumentar o conhecimento sobre a diversidade dos Movimentos; Novas relações interpessoais:

Ferramentas da WEB; Pensar metodologias menos cansativas: Levar o corpo em conta; Reconhecimento das bandeiras coletivas: Identidade Latino americana. Compromisso: Manter conexão e contribuir com as ferramentas Web.

17) Interação social é formidável – é um objetivo; Conscientizar que os problemas sociais são os mesmos; A metodologia é aplicada com toda uma gama de intelectos; Temo consciência que o mundo será melhor lutando conjuntamente. Como tenho vivido esses momentos históricos da oficina: Interessantes; organizados; boa metodologia; agradável; sem barreiras idiomáticas; ativa todo o bem viver;

18) Aprendizagens: (1) Confirmação: Muita gente linda e valiosa comprometida com o tema "outro mundo é possível". (2) Pouco Avanço: Reiteração de generalidades, porém com algumas idéias novas, mas muito lento. (3) Potencial enorme de articulação de agendas, conceitos, enfoques de problemáticas, etc. (4) Dificuldade para realizar esse potencial; Encontros esporádicos não combina com trabalhos/lutas cotidianas; sistematização pobre. Objetivos e estratégias: Articular / agregar; (A) "Metarelatos" e marcos conceituais; (B) O local específico com o sistêmico; (C) Convergência reflexiva em lutas que parecem reivindicações parciais.Levar esse conhecimento para as comunidades e multiplicar para outros que estão longe e sem oportunidade de estar nessa oficina e tem como expectativa criar uma rede com outros Movimentos Sociais.

19) Aprendi novas experiências com Movimentos Sociais, a forma como vivem em outros locais e captar informações necessárias que vão ajudar povos que não tem esse conhecimento. Aprendi a lidar com outras culturas e línguas; Comunicação com os outros, fazendo alianças para o fortalecimento dos Movimentos Sociais e ampliação para outras regiões do Brasil e outros países.

20) O que aprendi: Nós, Movimentos Sociais, temos lutas e necessidades em comum; Que a distância e o idioma não são

obstáculo para socializar e planificar nossas agendas continentais de luta e em busca da justiça social em todos os aspectos. Conheci a existência da UPMS; Fiz mais amizades com pessoas de lutas similares a minha. Compromissos: Manter conexão com a UPMS (coordenação); Dar a conhecer em meu país (Nicarágua) – quero dizer em minha organização - o que se passou no FSTemático com a finalidade de promover iniciativas, ações e atividades como: - Economia solidária (do conhecimento); - Agroecologia; - Etc.

21) Através desses três dias pude conhecer vários Movimentos Sociais latino americanos de uma maneira mais ampliada que ajuda no percurso da minha organização e das redes que pretendemos articular. Ao compartilhar com as redes conhecidas nesses dias isso irá nos permitir continuar construindo em nosso país "outro mundo possível" que já temos iniciado a viver, praticando e defendendo a mãe Terra. Creio que a UPMS pode ser o espaço para melhor nos articularmos desde nossos espaços e organizações.

22) "Transformar – transformando-nos": Relembramos que somos sujeitos (as) sociais com compromissos estratégicos que vão desde a multinacionalidade a nossos interesses pessoais. Me ensinaram que há muitos companheiros (as), muitos parceiros(as) , muitos cúmplices que querem outro mundo; Conhecer as intenções e propostas da UPMS - metodologias X superar a superficialidade; Não perder de vista que esta resistência e luta requerem temperança, que se da com generosidade, humildade e serenidade;

23) A radicalidade dos Movimentos Sociais (nas suas bases) na América Latina; Crítica as experiências "pós - neo-liberais" - cooptação da agenda dos Movimentos; Desafios: Identificar elementos para a unidade dentro da diversidade; Articulação estratégica; Internalização (incorporar) das agendas comuns; UPMS – muitos encontros/oficinas de diálogos e saberes;

24) A diversidade de experiências e enfoques sobre os Movimentos Sociais requerem ser sistematizados e confrontados com a realidade

para gerar teoria que ajude a construção de propostas e projetos alternativos. Construindo ferramentas pedagógicas e de ampla difusão.

25) Melhorar os canais de comunicação entre movimentos (mais efetividade); ECOSOL, DDHH e soberania alimentar tem muito em comum; Importância da formação de agentes multiplicadores; Conhecer pessoas comprometidas com suas causas desde as convicções anima a todos/as a seguir adiante.

26) As práticas de ECOSOL associadas a agroecologia podem se constituir em processos (modelos) de desenvolvimento sustentável/solidário que confronte o neoliberalismo; É possível, em eventos como esse, onde a diversidade de sujeitos, saberes e práticas é grande, chegarmos a sínteses agregadoras.

27) Aprendi – novamente - que o que mais nos une é encontrarmos e valorizarmos as pessoas e Movimentos que crêem e lutam por outro mundo possível. Um mundo que contenha toda a diversidade cultural e social em âmbitos de justiça humana e ambiental; Me agradou as idéias da UPMS desde seu nascimento, acompanho agora seu crescimento. Hoje me alegra mais ainda a demonstração de seu potencial e desafio de continuidade. Somos todos UPMS é possível e necessária.

28) Aprendizados: Dinâmica de funcionamento da UPMS; Nova percepção sobre os desafios para a superação da fragmentação do campo popular – democrático; Troca de boas energias para seguir na luta; Compartilhamento de saberes entre militantes de diferentes Movimentos sem fórmulas simplistas; Fortalecimento da convicção de que é possível renovar a cultura política; Novas formas de produzir e disseminar conhecimentos; Estratégias de continuidade: Fomentar e sistematizar aprendizados de experiências de interação entre movimentos; Aprimorar mecanismos de comunicação coma sociedade;

29) Conhecimento da existência de Movimentos Latino americanos e de parte do mundo; As linhas e padrões de governo são os mesmos, porém com algumas distinções; Os DDHH ainda não estão tão presentes nos países da América Latina; Existe conhecimento e profundidade do tema, porém é necessário maior difusão, principalmente do que foi tratado aqui; Socializar entre os participantes dessa oficina através de e-mails e/ou outros meios eletrônicos; Compromisso: Após três meses informar os resultados dos trabalhos sobre os temas abordados com a rede de Movimentos; Fazer um mapeio dos temas que foram comuns e comunicar aos participantes para seguirmos crescendo de forma conjunta; Seguir em luta pela humanidade e pela natureza;

30) É preciso desenvolver novos métodos de produção coletiva, mais produtivos e estratégicos, criativos e voltados para a ação; Ampliamos a nossa base de articulação e praticamos a ecologia de saberes;

31) Precisamos aprofundar as discussões sobre o processo de construção de estratégias de reconhecimento das práticas sociais locais, buscando formas de conseguir estabelecer diálogo de saberes, construção de novos conhecimentos e mudança da realidade, fortalecendo a UPMS articulada com nossas organizações. Que os caminhos trilhados pelo Movimento Agroecológico brasileiro tem muita ressonância junto aos Movimentos latino americanos presentes, pela abordagem interconectada das dimensões sociais,culturais, econômicas e ambientais e dos conflitos e ferramentas de leitura da realidade, de resistência e busca por mudanças.

32) Diálogo se faz com muita escuta; Identidade comum entre os Movimentos Sociais – Eu me reconheço neste lugar; romper o paradigma de universalidade; Os elementos que nos unem são mais numerosos dos que os que nos separam; Só conseguiremos avançar para outro mundo possível se estivermos juntos,

respeitando a Terra e a natureza – a vida em geral; Meu compromisso é garantir a continuidade da UPMS;

33) Penso que o grande aprendizado é que as lutas se convergem no momento em que as pessoas estão em contato e pode haver a troca de experiências e visões de mundo. A UPMS propiciou esse contato e essa troca, porém, acredito que o processo da UPMS deve ser de construção popular (dos Movimentos Sociais Populares, não populistas) ou de base, com os intelectuais apoiando / assessorando as demandas que vem de baixo e não o contrário. A crítica (construtiva) é que o processo ainda está muito centrado nas narrativas e interpretações da realidade (qual realidade? De quem?) dos intelectuais que, direta ou indiretamente, acabam conduzindo - e até mesmo sufocando em algumas vezes - as construções/interpretações que os Movimentos tem da sua realidade. A UPMS tem em si um grande potencial de articulação entre Movimentos, só que pode padecer caso não se abra para esses Movimentos em detrimento das "verdades intelectuais" e suas receitas para mudar o mundo. Não podemos esquecer que são os Movimentos e suas ações que alimentam os intelectuais e respaldam suas teorias, não o contrário. A UPMS é Universidade Popular DOS MOVIMENTOS SOCIAIS e não dos intelectuais.

ANEXO 1

Proposta de composição da oficina 1

OFICINA 1			
Movimentos da América Latina			
Nome do participante	Nome do movimento	contato	País
1) Luis Eduardo Salcedo	Mesa Nacional de Trabajo Cooperativo y Solidario	cofi@une.net.co simonlalo@hotmail.com	Colômbia
2) Ana Leighton Escobar	Red de Economía Solidaria de Santiago – Chile	aleighton@iglesia.cl analeighton@hotmail.com 56-2-7900702 56998211122 56-2-6270262	Chile
3) Alfonso Cotera Fretel	Mesa Latinoamericana de Comercio Justo	alfonsocotera@yahoo.com	Peru
4) Wilma Quintero	Movimento de Economia Solidária e Comércio Justo da Bolívia	wquinteros@caritasbolivia.org	Bolívia
5) Walter Raymundo Lopez Lopez	PECOSOL - Programa de Economía Solidaria	walterlopez59@yahoo.com	Guatemala
6) Villarreal Santos Altagracia	Espacio ECOSOL México	chilov@att.net.mx	México
7) Miguel Angel Sandino Sanchez	Agricultor, dirigente del Movimiento Orgánico de Nicaragua	sandino58@gmail.com	Nicarágua
8) Margarita Tiño Aracely Saucedo	Comité de Unidad Campesina CUC	cuc@intelnett.com (502) 2434 9754 (502) 2438 142 http://www.cuc.org.gt/es/	Guatemala
9) Florencia Aróstica	ANAMURI	http://www.anamuri.cl/	Chile

10) Miryam Estela Duarte Rojas Berta García	Coordinación de Mujeres Campesinas integrante del Movimiento Campesino Paraguay	www.okaraygua-paraguai.org info@okaraygua-paraguai.org mcp@highway.com.py	Paraguai
11) ????	Red Latino Americana contra El genocídio de los jovens	????	Peru
12) Hebe María Pastor de Bonafini	Asociación Madres de Plaza de Mayo	Fone: (0054) 11 – 4383-0377 / 6430 madres@madres.org	Argentina
13) Rosalina Tuyuc	Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala - CONAVIGUA	E-mail: conavigua@guate.net Phone: 22537914 e 22325642	Guatemala
14) David Machado	Colombia Defensores	colombiadefensores@gmail.com (+57) 1 2814010 http://www.colombiadefensores.org/	Colômbia
15) Jean Baptiste Chavannes	Mouvman Peyizan Papay	mpphaiti@yahoo.fr	Haiti
16) Orfa Dalila Condega Pérez	Red de Mujeres Rurales	Contacto a través de Alejandra Bonilla Leiva tel. 2278-2467 y 8993-2274 E-mail: red.mujeres.rurales.cr@gmail.com	Costa Rica
17) Ángel Rivero Dóguer	Federación Nacional De Trabajadores Agroindustriales Campesinos E Indigenas Libres Del Ecuador-FENACL	angelriverod@fenacle.org.ec	Equador
18) ????	Movimento Nacional Campesino Indígena	secretaria.mnci@gmail.com http://www.mnci.org.ar/	Argentina
19) Alicia Canaviri Mallcu	RENACC La Paz – BOLIVIA	aliciacanaviri@hotmail.com, cdimaboliviaong@gmail.com 591-2-2834649 . Movil: 60501692	Bolívia

20) Camilo Durango Espinal	Miembro de la Comisión Politica de la Marcha Patriotica y Cabildos Abiertos Regional Antioquia, plataforma de movimientos sociales (http://www.marchapatriotica.org/) que trabaja alrededor del problema de la tierra en Colombia y de la Solución Politica al conflicto social y armado que vive el pais.	camilolee@gmail.com 317 435 7979 (Colômbia)	Colômbia
21) Rubén Alberto Castillo	Militante da Agenda Colômbia-Brasil na Colômbia.	rubenalberto70@gmail.com	Colômbia
Intelectuais militantes da América Latina			
1) Julio Fermín	Equipo de Formación, Información y Publicaciones - (EFIP)	fermin.julio@gmail.com	Venezuela
2) José Luis Coraggio	Professor e atuante no movimento de Economia Solidária	jlcoraggio@yahoo.com	Argentina
3) Roberto José Stuart Alméndarez	Investigador em temas de soberania alimentar , ecologia e movimentos sociais	rjsa@turbonett.com.ni rjsa@ceap.org.ni 505-22701976 / Movil: 505-88872780	Nicarágua
4) Benjamin Ramos	investigador sobre Soberanía Alimentaria	Phone: (65)6226 54 05 E-mail: benjamin.ramos@acerinox.com beramos13@gmail.com	El Salvador
5) Daniel Feirstein	Centre for Genocide Studies at the National University of Tres de Febrero	Fone: (5411) 4893-2203/05 int. 142 E-mail: dfeiers@gmail.com dfeierstein@untref.edu.ar	Argentina

5) Guilhermo Levy	Centre for Genocide Studies at the National University of Tres de Febrero	guillermolevy@hotmail.com	Argentina
6) Evelyn Rosanna Corral Palacios	Defensora dos DDHH	erechoshumanosmontecristi@yahoo.es	Equador
7) Xavier Albo	Centro de Investigación y Promoción Del Campesinado (Cipca)	xalbo@entelnet.bo	Bolívia
8) Esperanza Martínez	Ecologista	esperanza@oilwatch.org	Equador
9) Norma Fernandez	UPMS	normafer2003@yahoo.com.ar	Argentina
Movimentos do Brasil			
Nome do participante	Nome do movimento	contato	País
1) Nalu Faria	MMM - Marcha Mundial de Mulheres	nalu@sof.org.br	Brasil
2) Diogo Almeida	FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária	diogofar@gmail.com	Brasil
2) Shirlei Aparecida Almeida Silva	FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária	sasilva@marista.edu.br	Brasil
3) André Chapiam Wadick	UNIVIAJA - Uniao indigena do vale do Javari - Coordenador Geral União dos Povos Ind. Vale do Javari	Fone/fax: (97) 3417-1173 E-mail: univaja-makumakamay@hotmail.com marubosam@bol.com.br * luizpsico@hotmail.com * * e-mail's indicados por Aline.	Brasil
4) Julian Perez Cassarino	FBSSAN - Fórum Bras. de Segurança e Soberania	julianperez7@gmail.com	Brasil

	Alimentar e Nutricional - Membro da coordenação executiva do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	41 99145105 / 91595020	
5) Flávia Charão	ABA - Associação Brasileira de Agroecologia	flavia.marques@ufrgs.br	Brasil
5) Maria Virgínia Aguiar	ABA - Associação Brasileira de Agroecologia	mvirginia.aguiar@gmail.com	Brasil
6) Jair Kriske	Movimento de Justiça e Direitos humanos (MJDH)	(51) 3221-9130	Brasil
7) Jacques Alfonsin	ONG 'Acesso-Cidadania e DH	Fone: 51 3028.8058 E-mail: acesso@via-rs.net	Brasil
8) Paulo Frederico Petersen	ANA - Articulação Nacional de Agroecologia - Coordenador-Executivo da AS-PTA, vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia,	paulo@aspta.org.br 21 - 22538317 (trab.); 2551-4736 (res.); 81340566 (celular)	Brasil-Aeroporto de embarque e de retorno: Rio de Janeiro (Santos Dumont)
9) Secretaria Nacional do MMC Noemi Krefta Maria Helena Kichner	MMC – Movimento de Mulheres Campesinas	Fone: (54) 3045 1066 | (61) 4063 6520 secretaria@mmcbrasil.com.br noemikrefta@yahoo.com.br Fone: 49 – 36321529 astunopolis@yahoo.com.br	Brasil
10) Edgar Kolling Zumbi Axé	MST -Referência / SC MST -Referência / PR MST -Referência / MT	secgeral@**mst**.org.br edgarkolling@gmail.com zumbizome@yahoo.com.br – Tel: (44)	Brasil

		9961. 2606 65 – 99917189 / 30526237	
Intelectuais militantes do Brasil			
1) Paul Singer	Partido dos Trabalhadores (PT) e Universidade de São Paulo (USP)	paul.singer@mte.gov.br	Brasil
2) Luiz Felipe Lacerda	Animador da UPMS no Amazonas	??????	Brasil
3) Fernando Ferreira Carneiro	Justiça Ambiental e Saúde Coletiva	fernandocarneiro.brasilia@gmail.com Telefone: 61 9333-1272 e 33392596	Brasil - Aeroporto de embarque e de retorno: Brasília-POA-Brasília
4) Leonardo Boff*	Teólogo, Professor e escritor	cristianomiranda@leonardoboff.com	Brasil
5) Vanderson Gonçalves Carneiro	CES AL - Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da UFMG – DCP/UFMG	vandersonc@yahoo.com.br 31 9685-1005	Brasil - BH
6) Allene Lage	CES AL	allenelage@yahoo.com.br	
Movimentos e intelectuais da região			
1) Ana Mercedes Sarria Icaza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	anasarriaicaza@yahoo.com.br	Brasil
2) José Alencar (Dico) Josué Carvalho	Fórum de Recicladores – São Leopoldo/RS	51 – 92817574 51 - 96583040	Brasil
3) Mauro de Jesus (Maurinho) Mauro Nunes (Maurão)	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM	51 – 92586620 51 - 99525252	Brasil

4) Cacilda Miguel	Fórum de Ecosol	51 – 84585078 51 - 99417783	Brasil
5) Paulo Brack	Professor da UFRGS e militante socioambiental	E-mail: Paulo.brack@ufrgs.br Fone: (51) 91423220	Brasil
6) Marina Z. de Albuquerque	Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale dos Sinos - CREDH VS – São Leopoldo/RS	mzalbuquerque@yahoo.com.br ou credhsaoleopoldo@gmail.com	Brasil
7) Maurício J. Avilez	Agenda Colômbia – Direitos humanos na Colômbia	tofeme@gmail.com ou agendacolombiabrasil@gmail.com	Brasil
7) Élen Cristiane Schneider	Militante do Movimento Agenda Colombia-Brasil. Socióloga, Doutoranda em Sociologia (UFRGS)	elen_schneider@yahoo.com.br	Brasil
8) Sebastião Pinheiro (Tião)	NAE Núcleo de economia alternativa UFRGS (Brasil)	juquira@yahoo.com	Brasil
9) Vicente Medaglia	Coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá	vicenteinga@gmail.com	Brasil
10) Francisco Milanez	AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural	milanez@agapan.org.br	Brasil
11) Maria Victória Benevides Soares	Socióloga, professora da USP e militante de DDHH	vic.benevides@globo.com	Brasil
12) Solon Eduardo Annes Viola	Cômite Nacional de Educação em DH – Secretaria Nacional de DH (SDH)	Fone: (51) 84421001 E-mail: solonviola@yahoo.com.br	Brasil
13) Aline Mendonça dos Santos	Coordenadora CFES SUL - Unisinos	nocams@gmail.com	Brasil
Apoio oficina 1			

Tatiana Hausen	CFES SUL - Unisinos		
Thiago Vieira	CFES SUL - Unisinos		
Rosana Kirsh	CFES Nacional	rosana@caritas.org.br 61 3345 0845	Brasil - DF
Ana Dubeux	CFES Nordeste		

ANEXO 2

Quadro de apresentação

NOME/PAÍS	MOVIMENTO / ORGANIZAÇÃO	AÇÕES CONCRETAS	BANDEIRAS DE LUTA
Chilo Villarreal - México	ECOSOL – México RIPESS LAC	Produção de bens e serviços, transformação, distribuição e comercialização desses bens, criação de redes e formação e capacitação.	Outra economia é possível já... Começamos a vivê-la.
Alicia Canaviri - Bolívia	Mov. de economia solidara e comercio justo da Bolívia... Centro de Desenvolvimento Integral da Mulher Aymara (CDIMA)	Formação de lideranças sociais e produtivas para o exercício dos direitos – formação de lideranças para a mudança. Luta contra a violência liada as questões de gênero. Fortalecimento de organizações de incidência política.	Defensora dos DDHH. Construção de novos pensamentos que gerem equidade e harmonia no mundo.
Maria da Glória Kopp – RS – Brasil	Governo do Estado do RS – SEPLAG	Orçamento participativo, conselhos de direitos, mulheres, indígenas... rede de organizações que compõem a rede de direitos, objetivos do milênio (ODM) e democracia participativa.	Democracia participativa – participação cidadã e o fortalecimento das organizações sociais.
Walter López – Guatemala	Mov. De trabalhadores campesinos – MTC – Guatemala. Defefensor dos direitos dos	MTC Guatemala – Defesa dos direitos trabalhistas dos trabalhadores campesinos;	Defesa do território e povos indígenas para uma vida melhor. Trabalho digno e direitos

	trabalhadores e desenvolvimento de comunidades indígenas... Integra a PECOSOL L.A e RIPESS LAC. Trabalha com ecosol entre outros...	Trabalho digno; Desenvolvimento sustentável; ECOSOL; PECOSOL – Comércio justo; Incidência política; Segurançaalimentar; RIPESS – Intercambio de experiências e pensamentos;	trabalhistas. Acesso a terra. Outro mundo e economia são possíveis!
Ana Leighton – Chile	Ecosol Chile e RIPESS LAC	Promoção e difusão da ECOSOL e educação para o consumo sustentável / responsável. Formação e assistência técnica para trabalhadores ECOSOL. Incidência política.	Visibilidade para os setores da ECOSOL. Outra economia é possível. Empoderamento das mulheres. Globalização da solidariedade.
Luis Eduardo Salcedo – Colômbia	ECOSOL e Cooperativismo. Faz parte de frentes de trabalho cooperativo e solidário da Colômbia. Transformar o mundo e o cooperativismo, faz parte da RIPESS LAC.	Coordenação de ações de incidência a nível nacional e regional. Fortalecimento da ecosol e grupos de trabalho político por redes de eficiência. Reestruturar o movimento cooperativo para fortalecer a ECOSOL. Grupos de trabalho político com a perspectiva de construir redes de ECOSOL.	Posicionamento da ECOSOL como um sistema alternativo econômico que ajude nas transformações sociais... Democratização social e incidência política. Participação de todos/as as pessoas como atores políticos que contribua para mudar a sociedade capitalista.
Evelyn Corral – Equador	Pertence a câmara nacional de Defesa dos Direitos Humanos e de Direitos da natureza.	Difundir a nível nacional os DDHH dos homens e da natureza considerados na Constituição de MonteCristi do ano de 2008.	Nossas bandeiras de luta são consagrar os DDHH dos homens e da natureza que agora tem vida no Equador pois constam na

		Negociação, conscientização, participação social campesina e luta pelos direitos básicos e humanos. Resistência é o direito que nos assiste.	constituição de 2008.
José Luis Coraggio – Argentina	Professor na área de ECOSOL (MAES) na Universidade Nacional General Sarmento (UNGS). Rede de investigação Latino americana de ECOSOL (RIPESS)	Trabalha focando na pesquisa em ecosol e tem rede com a Unisinos. Formação de profissionais / ativistas em ECOSOL. Investigações relevantes para ECOSOL: Sistematização de experiências; Empresas recuperadas e agricultura familiar; Comunidades de Oxaca; Autogestão em espaços urbanos; Políticas públicas; etc... Busca recuperar as histórias de movimentos, se inserir nos processos que estão ocorrendo na Venezuela , Bolívia e Equador. Pensamento crítico e propositivo; Acompanhamento de organizações de ECOSOL e intercambio de pesquisas.	Outra economia é possível! Crítica ao neoliberalismo e ao sistema capitalista. Busca compreender como criar sujeitos sociais e políticos. Defender a não ruptura entre teoria e prática. Democratização Inter-movimentos e internacional. Ajudar na construção de linhas teóricas e práticas de economia social. Áreas: Ecologia política; Economia Feminista; Crítica a economia política; Economia social.
Clóvis Rufino Reis (MARUBO) - Amazonas – Brasil	União dos Povos Indígenas do Vale do javari – UNIVIAJA.	Desenvolve atividades culturais com crianças órfãs e mulheres indígenas. Trabalha na área de educação com crianças, mulheres indígenas e ribeirinhas e na luta	Luta contra a desigualdade e desvalorização da diversidade étnica e cultural que estão expostas as populações que vivem nas margens dos rios para

		pelo território.	garantir a sobrevivência. Luta a favor da valorização dos povos indígenas.
Miguel Angel Sandino Sánchez	Movimento. de produção Agroecologica e orgânicos da Nicarágua – MAONIC	Fazem uma luta conjunta com associações e cooperativas entre outros produtores certificados e não certificados. Organização agremiativa com cooperativas, empresas, associações, etc. Concentração público-privado atravésde leis, políticas públicas e regulamentos normativos. Incidência política tecnológica (conhecimento e capacitação). Comercialização justa através dos mercados locais, feiras, etc. Certificação alternativa (SPG), consumo responsável (SANO) e resgate e proteção das sementes crioulas.	Reivindicação social, organizativa, tecnológica, econômica, política e científica dos e das produtores(as) da Nicarágua.
Camilo Durango Espinal – Colômbia	Marcha Patriótica Caminhos abertos – Concepção Patriótica Universitária.	Buscam formar conselhos patrióticos nacionais, análise das distintas situações da Colômbia, reforma agrária integral, contra o neoliberalismo. Ligando pessoas da comunidade as da universidade. Criar um processo político para não militarizar os jovens. Trabalham com educação	Terra/ soberania, solução política aos conflitos sociais e armados do país. Reposição integral as vitimas do conflito e educação pública.

		popular. Trabalham com processos de formação política nos bairros, articulação com diversos movimentos (LGBT, estudantil, popular, etc...).	
Shirley A. A. Silva - Brasil	Instituto Marista; RIPESS – LAC; FBES;	Lutam contra o capitalismo no Brasil. Foco no desenvolvimento local sustentável, com base na ECOSOL. Produção de bens, serviços, saberes tendo foco no ser humano. A criação de novas organizações sociais com os trabalhadores, de forma autogestionária, em fóruns, redes e coletivos. A criação de redes cooperativas com etodologias e tecnologias adaptadas. A construção de marco legal para essa nova realidade... ECOSOL. Etc...	Por um desenvolvimento endógeno que tenha : Finanças solidárias; Formação solidária; Produção, comercialização e consumo responsável; Marco legal com justiça social; Outra economia acontce!
Ramiro Javier Téllez – Nicarágua	Associação dos Trabalhadores do Campo – ATC	Formação parte da Via Campesina e fazem certificação por ofícios para os trabalhadores; Restituição dos direitos trabalhistas dos trabalhadores; Rede de Ecosol – mercampo – trabalham com a criação de sindicatos e cooperativas, pelo acesso a terra e reinserção de jovens ao	Sindicatos, cooperativas, mulheres, jovens, produtores campesinos pequenos e médios, bandeiras de luta da via campesina, soberania alimentar, direitos das mulheres, jovens povos originários e afro-descendentes. CLOC-LVC. Etc..

		trabalho. Políticas para jovens e mulheres; Etc.	
Rubén Castillo – Colômbia	Organização para se inserir em outros movimentos – Agenda Colômbia	Fortalecimentos das organizações de bairro e de base. Fazem oficinas com os jovens para fortalecimento dos jovens e participam dos espaços de manifestação na Colômbia.	A solidariedade entre os povos, a solução política para o conflito na Colômbia (Social, econômico earmado). Visualização dos abusos e violações aos DDHH na Colômbia. Fortalecimento das bases e da luta pela emancipação/libertação. Incidência política.
Marcelo Firpo – RJ Brasil	Rede Brasileira de Justiça Ambiental – FIOCRUZ	Cientista ativista / militante, atua em várias frentes de trabalho. Faz parte da coordenação do mapeamento de conflitos e injustiça ambiental e social no Brasil. Mapeio dos conflitos expondo os impactos dos conflitos devido ao racismo ambiental no campo e na cidade. Campanha nacional contra os Agrotóxicos e pela vida. Contra o mono-cultivo e agrotóxicos. Trabalha contra os impactos da mineração no Brasil. Etc...	Justiça ambiental e saúde ambiental contra os agrotóxicos e a favor da vida. Contra o modelo atual neoliberal e a favor da vida. Contra impactos causados pela mineração, siderurgia e urânio.
Aline Mendonça – Brasil – RS	Movimento ECOSOL / CFES Brasil. Projeto ALICE Centro de Estudos Sociais Coimbra	Mobilização, articulação e formação em ECOSOL. Pesquisa/ação participante em	Autogestão nos espaço de formação ECOSOL na produção de conhecimentos. UPMS como

		ECOSOL.	bandeira e diálogo entre os diferentes Movimentos Sociais. Comprometida com a produção de conhecimento e com a realidade social. A luta de um é a luta de todos!
Fernando Cotanda – Brasil	UFRGS – pesquisa ensino e extensão.	Produção de conhecimento solidário	Produção de conhecimentos solidários.
Elza Falkembach – Brasil	UNIJUÍ – Programa de pós-graduação em educação. Integra o Prog. De apoio a sistematização do CEAAL.	Educação popular e formação em educ. popular. Pesquisa na mesma área com ênfase na construção do sujeito. Informação e apoio a sistematização	Democratização do conhecimento e acesso e produção do conhecimento. Direito ao cuidado.
Fernando Carneiro – Brasil	ABRASCO – Ass. Brasileira de pós-graduação em saúde coletiva. GT Saúde e ambiente da ABRASCO. Hoje são Associação Brasileira de Saúde Coletiva – uma ação mais política. Atua na UNB no Departamento de Saúde Coletiva.	Grandes congressos científicos coletivos que auxiliem na saúde publica do país. Pesquisador militante. Trabalha com saúde coletiva e ambiental. Campanha Nacional Contra os agrotóxicos e pela vida. Pesquisa crítica em saúde coletiva. Representa o diálogos e convergências.	A principal é a reforma sanitária no Brasil. Crítica ao modelo de desenvolvimento, principalmente no impacto a saúde e ao ambiente.
Boaventura de Sousa Santos – Portugal	UPMS, ALICE, Movimento Indígena da Bolívia e Equador. Etc...	Oficinas da UPMS em diversas cidades (Córdoba, Medelín, Belo Horizonte...) para articular saberes e lutas. Movimento indígena e a luta pelo estado plurinacional,	Ocupar o latifúndio do saber - UPMS; Luta pela terra e justiça. Etc... Descolonizar a Europa, as ciências e tecnologias. Etc...

		interculturalidade e justiça indígena...	Conhecimento nascido na luta: UPMS; Ecologia de saberes; Tradução inter-movimentos e intercultural; Ação coletiva de vários movimentos; Estado plurinacional; Respeito e dignidade aos povos; A justiça indígena é para ser respeitada; Defender as constituições de 2008 (Equador) e 2009 (Bolívia);
Maria Virginia A. Aguiar – Brasil	Universidade Federal Rural de Pernanbuco (UFRPE). Associação Brasileira de Agroecologia ABA; Soberania alimentar... etc...	Construção do Conhecimento agroecologico (CCA); Sistematização de experiências: Agroecologicoas camponesas; Pesquisa/assessoria e extensão; Educação formal em agroecologia; Luta contra os agrotóxicos e transgênicos; Articulação com pessoas e instituições que atuam na CCA e outros campos de luta (diálogos e convergências); Diálogo com governos para construção de políticas públicas em agroecologia; Etc.	Crítica a agricultura convencional (lutas contra os agrotóxicos e transgênicos). Construção de conhecimento agroecológico; Diálogo de saberes; Criticar a ciência convencional; Conhecimentos comprometidos com o reconhecimento dos camponeses e sua inserção social; Construção participativa de políticas públicas; Abordagem de gênero na agroecologia; Etc..
Guilhermo Levy – Argentina	Centro de estudo sobre genocídio (UNTREF). Cátedra sobre genocídio (UBA) e Sociólogo.	Grupo de sociólogos que trabalha com a pesquisa sobre a ditadura na argentina. Organizar arquivos de dados sobre a ditadura. Luta	Pelo fim da impunidade na Argentina. Que se instale cada vez mais a interpretação de que houve um genocídio na Argentina.

		pelo julgamento por genocídio e crimes contra a humanidade. Luta contra o colonialismo e aos crimes de lesa humanidade. Grupo de apoio a vítimas em causas penais. Apoio na América latina aos querelantes de causas contra os genocidas. Disputa para que se acuse e condene genocidas e repressores da última ditadura e difundir suas causas.	
Paulo Petersen - Brasil	Agrônomo; Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; AS-PTA;	Auxilio a movimentos campesinos, ONG's, com foco na agroecologia. Campanha "Brasil ecológico livre de transgênicos e agrotóxicos". Acepção da agroecologia como científica e social. Mapeamento de experiências em agroecologia. Mapa " Agroecologia em rede" – Projeto intermapas. Assessoria a dinâmicas territoriais de inovação agroecologica (disputa pelos territórios). Processo diálogos e convergências; Etc...	Agroecologia, agricultura camponesa e diálogos e convergências. Desenvolvimento rural sustentável (endogeneidade e inovação local);
Horácio Barri – Argentina	Movimento por um sistema nacional integral de saúde – Córdoba Argentina.	Trabalho comunitário de saúde (epidemiologia); Trabalho comunitário com movimentos obreiros e prostitutas; Algumas questões: O que se pensa sobre	Reparação das enfermidades. Sistema integral nacional público de saúde na Argentina, que privilegie os porquês, as causas. Quando se fala em saúde quase

		saúde e enfermidade? Qual a causa? O que podemos fazer sobre as causas? Etc...	todos pensam em reparar a enfermidade; A busca de "soluções" é funcional dentro do capitalismo (hoje isso se representa pelos medicamentos); Privilegiamos fazer as perguntas certas; Etc...
Élen C. Schneider – Brasil	Socióloga – militante da agenda Colômbia – Brasil. Luta pela solidariedade entre os povos. Construção conjunta entre Brasil e Colômbia.	Solução dos graves conflitos na Colômbia, atentados e violações aos DDHH, etc... Trazer ao Brasil o que se passa na Colômbia. Construção (geração) de solidariedade entre os povos e entre Movimentos militantes (partidos) de esquerda. Informação / visibilização / difusão (mídia, oficinas, conversas, artigos) sobre a situação da Colômbia (violações, memórias e lutas). Intercambio de experiências de luta.	Trazer a tona os atentados aos DDHH na Colômbia despertando a luta solidária entre os povos. A solidariedade é dos povos! Solução da situação de conflito que vive a Colômbia (Social, econômico, político e armado). Visibilização das violações de DDHH.
Ney Strozake – Brasil	Rede nacional de advogados populares – RENAP.	Assessoria jurídica aos Movimentos Sociais e mobilizações populares.	Pelos fortalecimento e ajuda jurídica aos movimentos sociais; Reforma agrária, crédito, educação e saúde.
Ana Mercedez – Nicarágua/Brasil	ECOSOL, profª. Universitária (socióloga). Faz parte da rede de	ECOSOL: Construção de experiências de produção,	Produção, comercialização e consumo solidário baseado na

	ITCPs e do Fórum Brasileiro de Ecosol (FBES).	comercialização e consumo solidário; Universidade: Apoio aos grupos e as experiências (Formação, assessoria técnica, pesquisa, metodologias, mobilização e organização). Fomento ao consumo solidário e as perspectivas de ECOSOL. Educação popular e apoio político aos movimentos e experiências populares.	cooperação e na autogestão. Construir outro modelo de desenvolvimento. Organização e participação social e política.
Vicente e Matheus - Brasil	INGÁ – Inst. Gaucho de Estudos Ambientais. Mov. Socioambiental. Comunidade urbana (Comuna do Arvoredo). Anti-consumo e anti-capitalista. Coletivo de educadores (CAMBOIM).	Educação ambiental, representação política na sociedade civil. Advogados populares, soberania e segurança alimentar desde o Urbano. A busca e defesa da sociobiodiversidade. Pela preservação e valorização dos sistemas naturais. Trabalham com as PANC'S (Plantas alimentícias não convencionais). Luta contra as hidrelétricas. Discussão da política energética do Brasil, assim como as de desenvolvimento. Comunidades alternativas e sustentáveis em espaço urbano. Coerência na alimentação e nas praticas cotidianas (anti capitalismo e anti consumo).	Justiça socioambiental. Anti-capitalista, anti-consumista. Pela felicidade na vida (vida plena). Qualidade de vida e atenção ao espiritual na vida. Buscam a integridade (integração) dos seres, agricultura urbana, permacultura, relação humana como fundamento das práticas. Sociobiodiversidade, frugalidade e felicidade. Rios livres de barragens; Sementes crioulas; vida coletiva e comunitária; busca por autonomia (software livre, permacultura) e integridade do ser.

		Conexão entre ciência e espiritualidade. Permacultura (nos espaços urbanos e rurais), natureza, amor...	
Roberto – Nicarágua	Sociólogo – Centro de investigação entre estado e sociedade civil	Soberania e segurança alimentar. Central de comunicação e observação rural – Pesquisa e diálogo social assim como mudança social. Luta pela soberania alimentar	Direito de construir cidadania para toda a coletividade e pelos bens comuns.
Daniel Wesseling – Brasil	Dep. De segurança alimentar do Gov. do RS – Secretaria do trabalho e desenvolvimento social.	ECOSOL e apoio a agricultura orgânica. Segurança alimentar. Hortas, cozinhas e padarias comunitárias. Restaurante popular; Agricultura urbana.	Segurança alimentar; Direito a alimentação; Capacitação; Geração de renda.
Valmor Schiochet - Brasil	SENAES – ECOSOL.	Política de apoio a ECOSOL em 3 temas: Informação, formação / educação, incubação e assessoria a Empreendimentos de ECOSOL. Disputa por fundos públicos e apoio a base e assessoria técnica em ECOSOL.	As bandeiras de ECOSOL e movimentos libertários para construir um mundo melhor. Autogestão, cooperação e solidariedade. Transformação social. Reconhecimento institucional adequado (leis). Organização econômica em bases solidárias e sustentáveis. Hegemonia (cultura solidária).
Roberto Stuart Almendárez –	CEAP; SIMAS; Aliança Gallo Pinto.	Investigação; Diálogo social e mudança; Comunicação rural;	Construção de cidadania para defender e ampliar direitos.

Nicarágua		SSAN e luta contra a fome.	
Telmo Adans – Brasil	ECOSOL; Educação Popular; Professor do PPG em Educação da Unisinos.	Atua na educação popular, na pesquisa de organização participativa e assessoria.	Apoio a formação em ECOSOL e cooperativas populares. Acredita na articulação de saberes, contribuindo para a criação de novas metodologias e tecnologias para fortalecer a ECOSOL. Rede de incubadoras ITCPs.
Jacques Alfonsin – Brasil	ACESSO Cidadania e DDHH – Advogado popular. RENAP.	Defesa de DDHH de sem terra, sem teto, catadores de materiais recicláveis e índios. Defesa de movimentos Populares. Publicação de artigos sobre Direitos Humanos. Comissão da Verdade, defesa e publicação de informações sobre a ditadura. Publicação de justiça de transição.	Acesso a terra, a defesa judicial dos movimentos populares e do meio ambiente. Reforma agrária e urbana.
Norma Fernández – Argentina	Universidade nacional de Córdoba – Secretaria de DDHH. Professora e cineasta. Trabalha com o FSM e UPMS desde seu surgimento.	Pesquisa na cátedra de Antropologia. Formas de extensão anti-hegemônica em fóruns sociais. Trabalha na sec. De DDHH por povos indígenas e imigrantes. Militante pelo tema da comunicação. Registro de memória dos eventos, FSM e oficinas e memórias da UPMS em Córdoba.	Direitos sociais, DDHH coletivos DESC's (Direitos econômicos, sociais e culturais). Direitos dos povos indíginas e migrantes. Direito a comunicação. Arquivo das memórias do processo da UPMS.

Vanderson Carneiro – Brasil	UFMG – CES AL – Centro de Estudos Sociais da América Latina.	Auxilio e fomento a ECOSOL, justiça, ações em vista da democracia participativa e participa no Fórum mineiro de ECOSOL. Pesquisa e atividades de extensão em ECOSOL.	Democratização de políticas públicas com participação dos Movimentos de ECOSOL. Fortalecimento da ECOSOL e políticas publicas em ECOSOL.
Thiago Vieira Pires – Brasil	CFES Sul. Educação Popular em espaços (comunidades) à margem da sociedade capitalista. Ação em diversos Movimentos Sociais Libertários.	Apoio aos Movimentos que estão em luta e as suas lutas.	Defesa dos movimentos, bandeiras e idéias Libertárias. Superação do Estado autoritário e criminoso que suprime os companheiros que lutam por mudança social.
Valentim – Brasil	Coletivo Catarse de Comunicação. Trabalha com vários movimentos Sociais e educação audiovisual. Pelo fortalecimento dos movimentos Sociais e formação de cooperativas.	Comunicação	Autonomia e autogestão de como se constrói democracia verdadeira. Construção de democracia e tomada do Estado.
Rosana – Brasil	Movimento de ECOSOL trabalha na Caritas Brasil. CFES Nacional	Educação em ECOSOL no campo e cidade. Incidência sobre o Estado para políticas em ECOSOL e lutas do FBES.	ECOSOL... Etc...
Ana Dubeux - Brasil	Professora Universidade Rural de Pernambuco – NAC – INCUBACOOP. Rede de incubadoras ITCPs. Participa do FBES e coordena o CFES - NE	Formação, luta pela democratização, luta pela valorização dos sabres tradicionais. Luta dentro da universidade pelo reconhecimento	Ecologia de saberes (formação) produção coletiva de conhecimento. Luta pela democratização do espaço da Universidade. Outra economia

	Centro de Formação em ECOSOL Nordeste.	de saberes e democratização de processos. Coordenação do CFES-NE. Coordenadora nacional da Rede de Incubadoras Tecnológica e Cooperativas populares. Membro da coordenação do Núcleo de Agroecologia e Campesinato – UFRPE.	acontece!
Tatiana Hausen – Brasil	Movimento de ECOSOL. CFES SUL		

ANEXO 3 – Cartazes

Cartaz 1 – O que nos une e o que nos separa:

O QUE NOS UNE:	**O QUE NOS SEPARA:**
* Identidade A.L	* “Rechaço” de identidades
* Construção de novo modelo	* Fragmentação das lutas
* Linguagens aproximadas	* Monotemáticas
* Reconhecimento de saberes	* Criminalização dos M.S
* Lutas de Resistência contra o capitalismo	* Comunicação não eficiente
* Campanhas contra a violência contra as mulheres	* Comunicação entre lideranças e bases
* Aspirações comuns	* Apropriação das lutas dos M.S. por instituições privadas
* Esperanças e valores	* Burocracia não permite ampliação das lutas
* Nossa diversidade	* Dificuldade de apropriação das ferramentas de luta pelos Direitos (decretos, etc.)
* Radicalização -> Mesmo lugar de descontentamento	* Idioma
* Relação com a natureza (bem comum) (Somos natureza)	* Fratura dos partidos políticos
* “Colonização” dos sujeitos e Movimentos Sociais	* Dificuldade para fazer diálogo de saberes (Movimentos Sociais e Universidades)
* Interculturalidade -> Desejo de trocar diversidades	* Diferenças às vezes são supervalorizadas
* A busca por alternativas	* Dificuldade de entender a diferença dos outros Movimentos Sociais
* Imposição de padrões de consumo	* Relação com o Mercado

Cartaz 2 – (Sem Título):

- Relação Movimentos Sociais e Estado:
- Papel (rol) dos dirigentes (lugar que ocupam) -> Papel (rol) das bases
- Lógica da necessidade X Lógica do possível
- Relação Movimentos Sociais X Universidades
  Relação conhecimento acadêmico e popular
- Acesso a terra e recursos naturais (sementes, incluso)
- Porque os produtores não estão aqui?
- É necessário Reinventar a política -> Novas relações

Cartaz 3 – Estratégias comuns:

- Escolher grupos por país que possam animar os processos;
- Desenvolver estratégias livres de captação de recursos;
- Realizar encontros para aprofundar assuntos específicos;
- Estabelecimento de parcerias entre redes;
- Elaborar materiais e conteúdos de formação juntos;
- Divulgar elementos de cada luta ou Movimento Social em cada rede;
- Uso de tecnologias da informação;
- Rio + 20 – Cúpula dos povos -> Laboratório de ecologia dos saberes em saúde;
- Agenda comum;
- Princípio da construção local (território);
- Valorização das experimentações como elemento de construção do saber;

- Ampliar espaços de reconhecimento dos diferentes saberes;

- Criar processos de “disputa” pelos conceitos -> ao mesmo tempo de criar linguagens comuns;

- Princípios:
  - ➔ Autonomia -> Solidariedade
  - ➔ Horizontalidade
  - ➔ Democracia (Democratização)

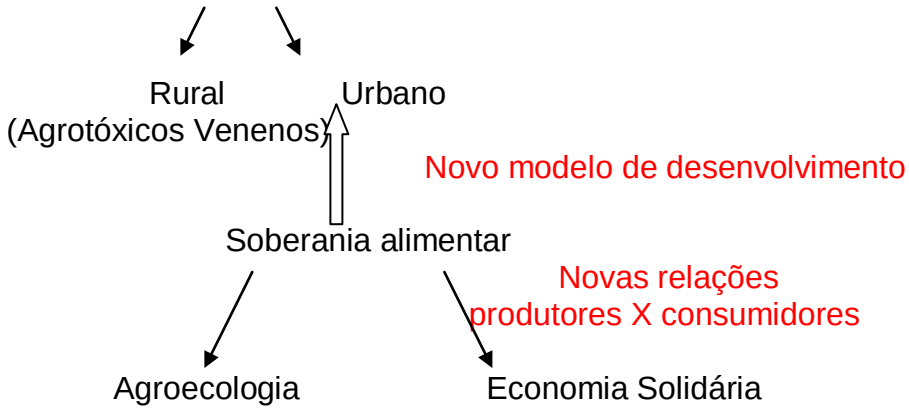
- Construção e articulação de novos sujeitos coletivos;

- Espaços concretos de sistematização dos espaços coletivos;

- Realizar encontros da UPMS nos lugares mais alijados / excluídos dos processos sociais;

Cartaz 4 – Modelos de Desenvolvimento:

- Modelo de desenvolvimento hegemônico -> desagregador



- Reterritorializar os processos de produção do conhecimento;

* Novas formas de relação entre Movimentos Sociais -> Processos de incidência continental

↓

O que temos a ver com os indignados?

- Jovens -> Como envolvê-los?

ANEXO 4 – Fotos

Painel de apresentação das pessoas e das bandeiras de luta

Coletivo da Oficina 1 reunido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Coletivo da Oficina 1 reunido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Momento final: avaliação, construção do painel sobre as aprendizagens e os compromissos.